



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 29 de abril de 2016

N.º 2/2016

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Nuno Miguel Batista Lopes, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Nuno Filipe Cação Marques e Joaquim Manuel Carvalho Marcelino.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Teresa Alexandre Malveiro Andrade e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Paulo Rui Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e Albérico Afonso Costa Alho.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria da Dores Marques Banheiro Meira, o Sr. Vice-Presidente André Valente Martins e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Manuel Pisco Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino em substituição de João Manuel Teixeira de Assunção

Ribeiro (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1) e Luis Filipe Alexandre Rodrigues. Pediu substituição a Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2).

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de suspensão Jerónimo Manuel Fragoso Lopes e Anita da Conceição Birrento Vilar, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentou pedido de substituição Catarina Maria Pinheiro Pereira, conforme documento registado sob o n.º 6, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, Ilídio Fernandes Ferreira, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira e Arménio da Silva Duque, conforme documentos registados sob o n.ºs 7 a 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentaram pedido de substituição, Nuno Miguel Miranda de Magalhães e Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 e 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Esmeralda da Costa Marques, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Manuel Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben dos Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à tomada de posse e respetiva substituição, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

Submetido a votação, foi o projeto de ata n.º 1/2016, de 26 de fevereiro de 2016, aprovado por maioria e em minuta com cinco abstenções.

João Luz (CDU) – Relativamente à votação anterior da ata, de acordo com as alterações legislativas que ocorreram ao Código de Procedimento Administrativo os Srs. Deputados que não estiveram presentes na sessão anterior não podem participar na votação. Aquilo que normalmente eram as abstenções que assinalavam que um Deputado não tinha estado presente, e não sei se foi isso que justificou o conjunto de abstenções que existiram hoje, mas tendo em conta esta alteração à Lei solicitava que a Mesa repetisse a votação, de forma a que os Deputados que não estiveram na anterior sessão não votassem.

Presidente da Mesa – De facto foi no sentido de uma declaração de voto por ausência que entendi as abstenções, mas se essa é a regra que daqui para a frente se tem que seguir pois que assim seja e nesse caso, se estão de acordo, vamos repetir a votação.

Joel Marques (PS) – Senhor Presidente, penso que não se poderá considerar aprovada por unanimidade de uma forma tão linear, porque há Deputados, que por não terem estado presentes não votaram e deveriam ser contabilizados e deveria constar em ata quem é que votou e quem não votou.

João Luz (CDU) – Tendo em conta que os Srs. Deputados que não tiveram na anterior Assembleia não puderam votar, imediatamente se considera que esses Deputados não participaram na votação e os votos que são contados são aqueles que participaram. Tendo o conjunto dos Deputados que participaram na anterior Assembleia aprovado a ata, a ata foi aprovada por unanimidade pelos Deputados que puderam participar na votação.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Já agora e na sequência deste tema, convém dizer que a mesma alteração legislativa diz que os ausentes não têm que constar na ata.

Presidente da Mesa – De qualquer maneira e agradecendo os vossos esclarecimentos, parece-me que, aquilo que aconteceu aqui foi a aprovação da ata por maioria. Ainda dentro deste ponto chamo a atenção que têm na vossa posse uma súmula da correspondência dos documentos que chegaram no intervalo entre as duas sessões da Assembleia.

Algum documento que particularmente tenham interesse em possuir, basta pedir aos serviços de apoio.

Acrescento que já depois de ter sido feita essa súmula chegou uma carta do Partido Social Democrata, da Secção de Setúbal, que se relaciona com uma questão que neste momento a todos preocupa que é exatamente o estacionamento pago dentro da cidade. Este documento também faz parte desta súmula de correspondência, embora tenha chegado à posterior, e quem quiser pode solicitá-lo por escrito.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Vamos ter um tempo constituído por 30 minutos na sua totalidade, que se destina à intervenção do público. Temos um cidadão inscrito para intervir. (conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Sr. Manuel Nogueira – O meu nome é Manuel Joaquim dos Santos Nogueira, moro na Rua Francisco Rodrigues Simões, em Vendas de Azeitão e venho aqui colocar um assunto que já coloquei algum tempo na minha Junta de Freguesia.

Moro naquela rua já alguns anos e já me aconteceu, por duas ou três vezes, a casa encher-se de água, porque aquela rua não tem coletor pluvial. A última vez foi em outubro e em dois minutos encheu-me a casa de água, estragou-me a casa e os móveis.

Ao fundo da rua, quando chove muito, a água chega a atingir cerca de dois metros. Quando estou fora de casa e chove ainda fico mais preocupado com o que vai acontecer.

Ao fundo dessa rua existe uma quinta privada, onde tive que abrir dois buracos para dar vazão das águas que vêm de enxurrada. Na última vez que choveu a minha safá foi ter feito esses dois buracos para que a água não se acumule naquele espaço.

Várias vezes chamei os Bombeiros, mas como é tudo muito rápido, quando eles chegam já a água está dentro de casa.

A última vez que esta situação aconteceu, informei o vizinho que iria fazer os buracos para resolver aquela situação, mas o vizinho não está contente comigo e ando às turras com ele, por esse motivo venho falar com os senhores e pedir que resolvam aquela situação.

Até já falei com o vizinho, mesmo ele não estando bem comigo, e chegámos quase a vias de facto por causa daquela situação, sem ele ter culpa de nada e eu também não. Ele até disse, se a Câmara ou a Junta quiserem chegar a acordo com ele podem fazê-lo.

Tenho fotografias para mostrar o terreno ao lado, mas por acaso hoje não as trouxe, para provar o que estou a dizer.

Tinha combinado com aquele senhor do terreno ao lado e ele disse que estava disponível para deixar a Câmara fazer obras, passando por dentro do terreno dele e posso deixar o seu contacto para falarem com ele, se não for agora deixo depois na Junta de Freguesia.

A minha rua não tem saída e aquela Quinta ao fundo é privada e tem lá um muro que não deixa a água passar e também ali não tem coletor pluvial para a água desaguar. Não sei qual é o tipo de esgoto que lá está, acho que aquele esgoto é uma coisa mínima que vai ter à Rua do Poço, mas até agora nada foi feito e já me entrou água para dentro de casa umas três vezes e já me estragou toda a casa. Por azar não tinha seguro de recheio e não recebi nada pelos estragos e fiquei muito prejudicado com toda esta situação.

Presidente da Mesa – Julgo que ficou bem exposta a sua questão. Agradecia que, se tiver documentos de suporte, que os faça chegar aos serviços.

A assembleia não tem poder de intervenção direta, na resolução imediata do seu problema, mas toma nota dessas situações e fará algo, dentro daquilo que lhe é possível, no sentido da resolução do problema. Precisamos dos documentos de suporte para não ficar a palavra sem uma concretização.

Sr. Manuel Nogueira – Os documentos de suporte já foram entregues pela junta. Em 2014 entreguei esses documentos, quando aconteceu esta situação pela primeira vez, agora não vim preparado com nenhum dos documentos.

Presidente da Mesa – Mas pode fazer a sua entrega brevemente, inclusive enviar uma segunda via para a Assembleia Municipal, os documentos que foram entregues em 2014.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Manuel Fernandes (PS) – Normalmente por esta altura do ano e há cerca de um mês atrás foram conhecidos os dados ou os indicadores socioeconómicos da região e como é óbvio, é sempre bom repararmos para o que está a acontecer à nossa volta e fazermos uma contextualização do que se está a passar, com aquilo que é o progresso ou desenvolvimento socioeconómico do concelho de Setúbal. É para isso que nós aqui estamos.

Gostaria de evidenciar alguns dados que foram trabalhados no terreno por entidades locais, que estão dentro de outras entidades, que por sua vez estão dentro da política de proximidade ao nível social. Importa aferir que são dados muitos mais realistas e tratados com uma expressão muito mais acutilante, em relação àquilo que é o estado do nosso concelho, do que meramente dados estatísticos que aqui trazemos, para refletirmos e podermos anunciar as políticas do futuro. Assim sendo, gostaria de chamar a atenção, dentro daquilo que são os indicadores socioeconómicos do distrito, para os subsídios de desemprego, subsídio social de desemprego, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e abono de família pré-natal, todos estes apoios diminuíram de 2014 para 2015. Não obstante, em contradição foram servidos através das entidades que têm protocolos, que estão protocoladas através da Segurança Social, mais de duas mil refeições em 2015 do que em 2014.

Ou seja, diminuíram-se os apoios sociais às famílias do concelho e foram disponibilizadas mais refeições, houve um maior apoio daquelas entidades que estão protocoladas com a Segurança Social. O que a nível institucional não consegue dar resposta, consegue-se obter alguma resposta através de entidades não governamentais ou entidades ligadas à Segurança Social, que já é o fim de linha no ataque à pobreza.

Se falarmos também nos indicadores ligados, por exemplo, à economia, podemos observar que o ganho médio por cada trabalhador no concelho de Setúbal, também diminuiu de 2014 para 2015. Acompanhando a média nacional, ainda assim se manteve acima da média nacional, tendo em conta que acompanhou a redução dos salários da média nacional. O concelho de Setúbal mantendo-se acima da média nacional, não deixa de ter um indicador preocupante, tendo em conta a redução de rendimentos da população do concelho. Mas já é mais preocupante a renovação da população ativa no concelho, que se situa abaixo da média nacional.

Este indicador é tão importante, porque estamos a falar da competitividade e do desenvolvimento económico das empresas e da economia local. Estamos a falar da ausência de trabalhadores em vida ativa, naquilo que poderão substituir os trabalhadores mais idosos que estão a sair do mercado de trabalho. Há um desencontro de competências naquilo que o mercado de trabalho exige, naquilo que é hoje o novo dinamismo económico local para o que são as respostas da oferta de emprego, que os trabalhadores vão adquirindo.

Gostaria também de salientar a taxa de retenção. Se formos para os indicadores da educação a taxa de retenção no primeiro ciclo, uma vez mais o ano de 2015 voltou a piorar em relação ao ano de 2014, e é no concelho de Setúbal que estes indicadores se mantêm acima da média nacional e acima da média da península. Também as retenções do segundo ciclo se mantêm acima da média nacional e acima da média da península. Existem mais retenções no primeiro

e no segundo ciclo e também no terceiro ciclo, uma subida na taxa de retenções acima da média nacional e acima da média da península.

Se observarmos o número de alunos por computador, também houve aqui um decréscimo e a média do concelho mantêm-se acima da média nacional, em termos de fragilidade neste indicador e acima da média da península. Também os alunos com computador ligado à internet continuam abaixo daquilo que é média nacional e abaixo daquilo que é a média na península.

Gostaria de evidenciar estes indicadores, porque estamos numa Assembleia Municipal e obviamente que o executivo da autarquia também se importa e estes indicadores e estes valores também não lhes podem passar ao lado.

De que forma é que se pode combater e que programas é que o executivo tem preparado para o futuro, para poder combater o que já começa a ser um recorrente agravamento dos indicadores socioeconómicos do concelho, em relação aos seus pares da região e principalmente em grande parte dos indicadores que se mantêm abaixo da média nacional?

Não vale a pena estarmos a argumentar que o problema é do Governo ou que as políticas nacionais têm feito este arraso em relação aos indicadores socioeconómicos, porque estamos a comparar em termos de contexto de igualdade aquilo que se passa com os nossos pares e com os concelhos limítrofes da própria região. Temos que nos comparar com aqueles que estão ao nosso lado e temos que nos comparar com a média nacional.

As políticas nacionais convergem e obviamente que assistem a todos por igual, mas as políticas locais, essas sim, nem sempre dão respostas de forma igual. O que temos observado nos últimos anos é uma aposta clara, por exemplo, em equipamentos, um grande investimento. Aliás, o Sr. Vereador André Martins disse-nos há umas sessões atrás, que na última década foram feitos investimentos na ordem dos duzentos milhões de euros no concelho de Setúbal e este investimento não surtiu efeitos como estamos aqui a ver. Este investimento carece de prioridades ou no mínimo trata com critério, aquilo onde se deve investir o dinheiro público, que já começa cada vez mais a ser escasso e estes indicadores obrigam a que esta Assembleia reflita e obriga a que o executivo comece a ter outro tipo de prioridades, que não os equipamentos culturais, para fazer o escasso investimento público que lhe resta.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Queria colocar duas questões ao executivo. A primeira é sobre a utilização da Praia da Saúde, que deve ser do usufruto da população e o que se constata é a falta de limpeza, com os cães na sua total plenitude e liberdade. Naturalmente que está de acordo com os novos princípios que estamos a ver, mas para as crianças e para as pessoas devia de haver um conjunto de regras para a utilização da Praia da Saúde, de forma a que as crianças e as pessoas possam usufruir aquele espaço e não encontrar um sítio ocupado por cães, sujo, o que é muito desagradável, numa das zonas mais significativas e de maior beleza da nossa cidade. Este é um caso que gostaria que o executivo tomasse a devida nota.

Em relação ao segundo, recebemos, acho que todos, um convite para a apresentação pública do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Setúbal, que se realizará no próximo dia 5 de maio. A questão que coloco é que este tipo de documentos devem ser apresentados aos cidadãos, à comunidade para análise e discussão, mas não seria correto que antes da apresentação pública o executivo apresentasse isso no órgão próprio, que é a Assembleia Municipal, o órgão onde estão os eleitos da população no poder local democrático. Não seria mais correto o executivo ter esse cuidado perante os membros da Assembleia Municipal na sua primeira apresentação? Até porque, coincide haver uma Assembleia Municipal na semana anterior a apresentação pública deste Plano, que naturalmente vai ser um Plano de grande interesse para ser analisado.

Estranho que a Assembleia Municipal tenha este tratamento completamente subalternizado perante a realidade, isto é, não impedia a apresentação pública à comunidade e aos cidadãos do Plano, mas previamente a sua apresentação aos autarcas eleitos pelo povo, no princípio do poder local democrático, que tanto apregoam e também do Município Participado.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Queria-me referir à questão que o munícipe de Azeitão trouxe. É uma situação que a Junta de Freguesia conhece bem e na última vez que aconteceu a inundação até lá fui a casa. Esta situação tem-se vindo a repetir, é claro que as pessoas se dirigem à Junta de Freguesia, a qual remete todos os problemas para a Câmara Municipal. Por aquilo que sei, a Câmara Municipal está a estudar o problema. Não sei se hoje o Sr. Vereador poderá dizer mais alguma coisa, se puder tanto melhor, mas é um problema que tem que ser resolvido, sobretudo havendo abertura agora por parte do dono do terreno para deixar fazer o prolongamento do esgoto. Já nada justifica esta situação, porque de facto é muito desagradável as pessoas ficarem com a casa inundada.

Joaquim Marcelino (CDU) – Vou-me referir em relação às árvores que estão na zona da Brejoeira, perto da Escola da Brejoeira. Já tinha aqui colocado esta questão e aproxima-se muito rapidamente o momento em que aquelas árvores vão começar a deitar algodão invadindo toda aquela zona, inclusivamente a Escola da Brejoeira.

Voltava a mencionar esta questão e a urgência da sua resolução, ao mesmo tempo chamar a atenção para o mato, que é praticamente ervas com altura de mais de um metro, que circunda a escola e uma vala de grandes dimensões, tornando-se perigoso para as crianças, para os adultos e para os animais.

Era esta a questão que queria levantar à câmara e a necessidade urgente da sua resolução.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Já há uns meses que levantei aqui um problema que existe na Rua da Perpétua em Azeitão, relacionado com o estado muito degradado do pavimento e pedir que façam uma intervenção no sentido de colocar novo pavimento, para além disso há uma necessidade urgente nessa mesma rua de aumentarem o número de lombas que existem, porque a rua tem cada vez mais trânsito. Para agravar a situação e aumentar essa necessidade, até por questões de segurança, a paragem do autocarro destinada aos alunos da escola foi colocada nessa rua.

Esta questão que levantei há alguns meses torna-se cada vez mais urgente.

O executivo já tomou alguma medida nesse sentido ou está previsto tomar alguma medida? Estando previsto, qual é a calendarização que tem para intervir nesta rua?

Manuel Esteves (PS) – Começaria por reforçar e juntar-me à Presidente da União de Freguesias de Azeitão, no problema apresentado pelo munícipe Manuel Nogueira.

Este caso já foi apresentado pela bancada do Partido Socialista, cerca de duas ou três vezes. É um problema que acompanho de perto, por isso sei bem o que se passa, conheço bem os vizinhos e sei, porque já foi denunciado aqui por mim mesmo, que esta situação estava a chegar ao limite do confronto físico. Com todos a “puxar a mesma carroça” poderemos “chegar a um bom porto”, uma vez que na última conversa entre vizinhos chegaram a um entendimento para resolução daquele problema.

Em Vendas de Azeitão continuam os mesmos problemas das ruas e cada vez está mais agravado. Isto é a realidade e a Sra. Presidente da Junta tem conhecimento, porque sempre que pode vai interferir, mas neste momento já está outra vez um buraco com meio metro de diâmetro, com uma altura de um metro, no principal cruzamento e no passeio onde todos

atravessam aquela estrada, principalmente os mais idosos. Esta situação já está a passar dos limites, por essa razão irei falar até ao limite para que estes problemas sejam resolvidos.

Relativamente às queimadas periódicas que se fazem no cemitério, as quais causam transtorno devido aos cheiros. Não sei o que queimam, mas já assisti à fumarada que aquilo faz, é um desconforto de todo o tamanho. Quero saber se isto tem continuação ou se vai terminar? Se for para continuar iremos denunciar noutras instâncias, uma vez que esta situação não deve continuar.

Sobre o passeio, que também tenho vindo a reivindicar e que a Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão também gosta de falar nele, entre Vendas de Azeitão e Vila Fresca de Azeitão, foi-me dito aqui, e não tenho motivos para discordar, que é difícil chegar a um acordo entre a Junta Autónoma das Estradas, hoje Estradas de Portugal, a Câmara e a Junta de Freguesia. No entanto, fui surpreendido pela positiva, porque começaram a fazer uns desvios em cimento para as águas, que estão numas valetas de todo o tamanho. Se dantes estava perigoso para quem andava por ali a pé (pode-se constatar que há várias pessoas que circulam a pé por causa do Pingo Doce e outros que fazem passeios pedestres), cada vez está mais perigoso. Dantes eram só os buracos e a água quando chovia, mas agora para além disso é também a inclinação dos escoamentos das águas. Agradecia que isto fosse levado também em conta e levado em atenção, sei que não se faz de um dia para outro, mas espero bem que algumas destas situações tenham resolução.

Henrique Guerreiro (BE) – Normalmente neste período da ordem de trabalhos, aberto aos cidadãos e às cidadãs do concelho, temos ouvido pessoas que se dirigem normalmente ao executivo municipal, colocando algumas questões importantes para as suas vidas. Geralmente as coisas ficam por essa sessão e são sempre transcritas em ata.

Parece-me Sr. Presidente que era da maior relevância que passássemos na sessão seguinte a verificar se houve alguma alteração, se houve alguma evolução em relação às questões que os nossos e as nossas concidadãos colocam nesta Assembleia. Nesse sentido e socorrendo-me da ata que acabámos de aprovar por unanimidade, diria ao executivo, lamentando que a Sra. Presidente esteja habituada a não estar presente nestas sessões durante este período, o que é de facto estranho, que a questão que este nosso concidadão de Azeitão levantou hoje, foi levantada na última sessão pelo Deputado que está ao meu lado, mas já tinha sido levantada noutras Assembleias.

Também na sessão passada, ainda sobre Azeitão, estive presente nesta assembleia o Sr. Manuel Ryder que colocou algumas questões de enorme relevo, nomeadamente a possibilidade de abusos por parte da fiscalização municipal, passeios que não estão construídos apesar de terem sido pagos pelas pessoas desde 1994 a 1996.

Também foi referido um acidente numa escola do concelho, por causa de um portão aberto, com uma criança de pouca idade.

Também o Sr. Rui Amaro se dirigiu a esta Assembleia colocando as questões do arranjo da Azinhaga dos Espanhóis.

Seria importante, Sr. Presidente, que o executivo hoje nos pudesse dizer se houve alguma evolução, o que é que tenciona fazer, de forma a que esse exercício de cidadania que traz as pessoas a esta Assembleia possa ter alguma consequência, sob pena de tudo isto poder ser um exercício democrático, mas de baixíssima intensidade.

Patrícia Rodrigues (PS) – Uma vez que é do nosso conhecimento, que se encontra a decorrer uma intervenção da autarquia em parceria com a Segurança Social num bairro clandestino de barracas, na Quinta da Parvoíce e que os moradores têm vindo a ser esclarecidos sobre a demolição que vai ocorrer, pretendíamos ser informados sobre o número total de famílias que

residem na Quinta da Parvoíce e o que está a ser equacionado em termos de resposta ao nível do realojamento, dado os constrangimentos do parque habitacional em termos de fogos disponíveis, que foram referidos pelo Senhor Vereador na Assembleia Municipal realizada em dezembro.

O reparo prende-se com a situação na Rua Arronches Junqueiro, mais precisamente na intersecção com a Rua Dr. António Joaquim Granjo, onde se encontram a decorrer duas obras que implicam a existência de andaimes de ambos os lados da via, que comprometem a segurança dos moradores, o acesso a ambulâncias, bombeiros, assim como a circulação automóvel. Assim sendo, venho novamente solicitar uma intervenção por parte da autarquia, na resolução deste problema, do qual já enviei fotos a título de exemplo.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente – Queria começar por referir-me à intervenção do Sr. Deputado Henrique Guerreiro que, se tomei boa nota, disse estranhar que a Sra. Presidente não estivesse presente nestas reuniões. Não sei porque é que estranha, a Sra. Presidente, tal como acontece com os Srs. Vereadores muitas vezes, no âmbito da atividade do Município, corresponde a solicitações que lhe são feitas e não é ela que marca a agenda dessas solicitações. Com todo o respeito que a Assembleia Municipal merece à Câmara Municipal, mas há entidades e instituições que solicitam a presença da Sra. Presidente e julgo que um dos papéis da Sra. Presidente ou dos Srs. Presidentes de Câmara é representar a Câmara Municipal e o Município.

Naturalmente que o Sr. Deputado tem o direito de expressar as suas opiniões, mas que fique clarificado os factos se for necessário dar outras explicações sobre esta matéria.

Começava então pela questão que o senhor munícipe nos colocou. Explicou a dificuldade em resolver este problema e julgo que trouxe hoje uma informação que pode vir a ajudar a resolver este problema, o facto de o vizinho ter disponibilidade para em conjunto com a Câmara, facilitar uma solução para este problema. Agradecemos este contributo que aqui é trazido e ficou registado o nome do senhor e o respetivo contacto, certamente que iremos verificar as condições para resolver este problema.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Manuel Fernandes, registamos os dados estatísticos que aqui trouxe. É sempre importante termos atenção os dados estatísticos, embora tenha por referência mais o conhecimento da realidade, um contacto direto com a realidade, mas os dados estatísticos são sempre referências. De qualquer forma, o contacto e o conhecimento da realidade é sempre muito mais importante, porque os dados estatísticos cada um interpreta ou pode interpretá-los à sua maneira. Julgo que o Sr. Deputado fez uma interpretação à sua maneira, designadamente no que diz respeito à orientação que tem sido dada pelo executivo aos investimentos públicos e à captação de investimento público para o concelho de Setúbal. De facto referi, e mantenho, que com investimento municipal se conseguiu que houvesse investimento público no concelho nos últimos cinco anos, na ordem dos duzentos milhões de euros. Como muito bem sabe o Sr. Deputado, porque se não sabe era bom que se informasse, uma grande parte desse investimento foi feito nas escolas, nos infantários e nas escolas do 1.º Ciclo. Como muito bem sabe, a Câmara Municipal não tem competências nas intervenções noutra tipo de estabelecimentos de ensino, embora a Câmara Municipal também faça alguns investimentos, naturalmente de menor monta, em outros estabelecimentos de ensino.

Relativamente à questão das estatísticas, como é natural, nós estamos atentos a esses dados e estou-me a referir em concreto à educação, porque pareceu-me que é um dado que merece ser

avaliado e aprofundado. Naturalmente que o faremos, mas queria que ficasse claro o que a Câmara Municipal tem feito ao longo destes anos, grandes investimentos no setor da educação, designadamente nos estabelecimentos que são da sua responsabilidade.

Como a Sra. Presidente muitas vezes já tem afirmado, quando chegámos aqui, em 2002, a maior parte das escolas tinham regime duplo e hoje poucos estabelecimentos de ensino ainda mantêm o regime duplo, esperamos que até ao final deste mandato essa situação seja debelada na sua maioria. Sem ter os dados estatísticos que o Sr. Deputado referiu, parece-me que estes dados têm a ver com a realidade, que são a demonstração do empenho e da importância que para este executivo as questões da educação têm. De qualquer forma Sr. Deputado, agradeço o registo ou a informação, ao ter trazido a referência a dados estatísticos e ao quais considero de maior relevo, naturalmente que iremos analisar apesar de não estar de acordo com a sua sugestão ou tentativa de crítica, à orientação do investimento público que a Câmara Municipal tem vindo a fazer no concelho.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valdez, a questão da falta de limpeza e os cães na Praia da Saúde. Não é só na Praia da Saúde mas no concelho e parece que não é só no concelho ou na nossa cidade, é um pouco pelo país. Não é único, o problema dos cães e não é fácil resolvê-lo. De qualquer forma fica o registo e como tem acontecido sempre, a Câmara Municipal fica atenta a essa situação.

Em relação à limpeza, quando há marés cheias, o areal da Praia da Saúde fica com detritos. Não sei se foi a seguir a alguma situação dessas que o senhor fez essa observação visual, mas fica o registo e nós estamos atentos a essas situações.

Quanto à questão do Plano Estratégico de Setúbal, registámos as considerações que o Sr. Deputado fez. O Plano Estratégico de Setúbal foi a reunião de Câmara Municipal, para autorizar a realização desta despesa e os termos de referência do Plano e entretanto desenvolveu-se nos termos em que foi apresentado como proposta a realizar. Se o senhor tivesse a curiosidade em ir verificar como é que essa proposta foi apresentada, teria concluído que as várias fases do seu desenvolvimento tem como objetivo importante, o envolvimento das populações, a consulta às populações por setores de atividade, etc., etc.. Já aconteceram várias reuniões em que houve convites a pessoas, entidades para participarem em reuniões com a equipa que está a desenvolver o Plano e agora chegou a altura de apresentar publicamente alguns dos resultados do Plano e de seguida aguardar a participação, já que aquele momento da apresentação é um momento de a população e os interessados se poderem pronunciar. Também ficar durante um tempo para as pessoas poderem avaliar, dar o seu contributo e as suas críticas. O desenvolvimento do Plano é isto mesmo, um dia há de ter os resultados finais. Não se trata de menosprezar a Assembleia Municipal e os Senhores Deputados, mas trata-se do desenvolvimento de um processo, que foi orientado e foi assim aprovado. É o que está a decorrer e os senhores terão também a oportunidade de dar os seus contributos na apresentação que irá agora ser feita.

A Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão referiu-se à intervenção do Sr. Município. O Sr. Deputado Joaquim Marcelino referiu-se aqui aos problemas da Brejoeira, não tenho agora aqui presente, mas como acontece todos os anos, estará prevista uma intervenção que há de ter em conta as árvores e a vala. Provavelmente este ano houve algum atraso, estas coisas são assim, mas essa é uma matéria que de certeza que não está esquecida, porque faz parte da rotina naquela zona da Brejoeira.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro trouxe aqui também uma questão que é conhecida e que provavelmente, pelo que disse, se tem estado a agravar. Naturalmente que registámos essa sua preocupação e teremos em conta a eventual necessidade, para além da intervenção da qualificação do piso, de colocar lombas. É uma informação que nós certamente iremos avaliar melhor.

O Sr. Deputado Manuel Esteves referiu-se também à questão do município, à qual já dei resposta e as outras questões têm a ver com a intervenção, das competências da Junta de Freguesia.

Quanto à questão do passeio na estrada 379-1, na Rua 25 de Abril, já falámos noutras sessões sobre o empenhamento da Câmara em conjunto com a Junta de Freguesia, para regularizar aquela situação e criar um passeio. É um projeto que está em desenvolvimento e que há de vir a ser implementado, depois das Estradas de Portugal, agora Infraestruturas de Portugal, dar o seu parecer relativamente ao projeto. As Infraestruturas de Portugal consideraram interessante esta iniciativa da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, o projeto tem estado a ser elaborado e será enviado às Infraestruturas de Portugal para dar parecer e para ser implementado.

Relativamente à questão que referiu é de facto uma intervenção das Infraestruturas de Portugal e que advém de uma intervenção feita pela empresa “Matéria Verde”. Julgo que a empresa teve alguns prejuízos por causa da infiltração das águas, pela falta de escoamento. Aquela intervenção é da exclusiva responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Eles entenderam, a pedido da “Matéria Verde”, fazer aquela intervenção e nós quando formos fazer a obra havemos de encontrar forma de resolver o problema das águas pluviais que se amontoavam até à empresa GOVAR.

Senhora Deputada Patrícia Rodrigues, quanto à questão da Quinta da Parvoíce depois o Sr. Vereador Pedro Pina poderá referir-se melhor a esta situação, porque é ele que tem acompanhado este problema.

Quanto à Rua Arronches Junqueiro, não conheço a situação, mas felizmente para todos nós que os proprietários de vários edifícios no Centro Histórico da cidade, dentro das suas possibilidades, têm vindo a recuperá-los. Naturalmente que estamos muito satisfeitos com isso, mas às vezes acontecem estas situações. Temos um regulamento para este tipo de intervenções, mas normalmente quando são em ruas que têm maiores dificuldades de circulação, os técnicos são mais rigorosos em chamar a atenção para o cumprimento relativamente à segurança e à circulação. Não conheço a situação, mas fica o registo e naturalmente que será tido em conta.

Vereador Pedro Pina – Agradeço a pergunta que nos foi dirigida.

Não tendo tido a oportunidade de estar aqui mais cedo, por estar a representar a Câmara Municipal numa iniciativa, mas pelo que me foi transmitido terá sido uma pergunta dirigida ao executivo municipal sobre o ponto de situação do processo da Quinta da Parvoíce. Não sei se são esses os termos da questão que foi dirigida?

Patrícia Rodrigues (PS) – Tinha colocado duas questões, a do levantamento que tem vindo a ser feito entre a Autarquia e a Segurança Social, se já é possível avançar o número de famílias que residem na Quinta da Parvoíce e o que está a ser equacionado em termos de propostas de realojamento.

Vereador Pedro Pina – A Câmara Municipal de Setúbal tomou a iniciativa de se dirigir ao proprietário da Quinta da Parvoíce, estamos a falar do IHRU. Tendo já realizado desde o ano de 2015 um conjunto de reuniões, onde envolveu a par do próprio Município, o IHRU, o Centro Distrital de Segurança Social, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Polícia de Segurança Pública e a Junta de Freguesia de São Sebastião.

É um processo que decorre na sequência de um processo anterior, da Mecânica Setubalense. Aliás, foi iniciativa do Executivo Municipal aquando do processo da Mecânica Setubalense, convidar o próprio IHRU pelas questões de territorialidade, pela proximidade e considerando

que poderia haver já nesse momento também questões que, pela mobilidade das circunstâncias relacionadas com estes processos, poderiam ter aqui algum impacto, situação essa que não se veio a verificar. É um processo com o qual o IHRU foi tendo este contacto.

No primeiro dia fizemos um primeiro levantamento de dados no local com o IHRU e com o Centro Distrital. Sequencialmente fizemos um conjunto de visitas ao próprio território.

Neste momento o que podemos transmitir é que está a ser finalizado pelo Centro Distrital, juntamente com a Câmara Municipal, a questão do diagnóstico. Como sabe Sra. Deputada, a responsabilidade no processo de realojamento, sem prejuízo daquilo que poderá ser a equação de alguma circunstância excecional, perante aquilo que é a capacidade da Câmara Municipal de realojar aquelas pessoas que vivem naquele espaço, é do IHRU.

Isto é o que podemos neste momento transmitir, perante o último levantamento que foi realizado na Quinta da Parvoíce, e estamos a falar de 44 agregados, 95 pessoas registadas oriundos de Angola, Guiné, Congo e Brasil, situações que na maior parte das circunstâncias com documentação regular, a maioria trabalha e os menores frequentam escolas locais. Estamos a falar de 14 famílias com menores, perante esta circunstância foram realizadas, com a disponibilidade das instalações da Junta de Freguesia de São Sebastião, as entrevistas personalizadas com cada um dos agregados e neste momento estamos a finalizar para que a partir desse diagnóstico se possa encontrar aquilo que serão as soluções para o realojamento, de acordo com os critérios que legalmente são possíveis enquadrar perante todas as situações.

São processos muito complexos que a Câmara Municipal tem acompanhado, creio que dentro de mais uma semana teremos um diagnóstico finalizado e em função desse mesmo diagnóstico a capacidade para novamente chamar as famílias e poder apresentar propostas que possam ir ao encontro daquilo que também são as expectativas.

Neste momento é a informação que podemos passar à Assembleia Municipal.

Henrique Guerreiro (BE) – Senhor Presidente, ouvi com muita atenção o Sr. Vice-Presidente, mas não dei conta que tivesse respondido a nenhuma das questões que lhe coloquei, relacionadas com questões colocadas na última Assembleia por dois munícipes, um de Azeitão e outro da Azinhaga dos Espanhóis.

O Sr. Vice-Presidente não disse nada, contrastando com aquilo que acabou de fazer o Sr. Vereador Pedro Pina, que prontamente deu uma resposta precisa e exaustiva, em relação a uma questão que lhe foi colocada por esta Assembleia. Existe nesta Assembleia duas formas de agir, uma de informar prontamente, de dar à Assembleia Municipal todos os elementos e esclarecer como fez o Vereador Pedro Pina e outra a do Sr. Vice-Presidente que não respondeu a nenhuma questão que lhe coloquei. Quando referi que a Sra. Presidente da Câmara há muito tempo que não estava no início destas sessões, o Sr. Vice-Presidente disse que eu teria dito que a Sra. Presidente não vinha à Assembleia Municipal. Essa forma do Sr. Vice-Presidente, não é uma forma leal, nem frontal de lidar com a Assembleia.

A agenda da Sra. Presidente é dela obviamente. Não me passaria por um segundo gerir a agenda da Sra. Presidente ou de qualquer outra pessoa que está nesta sala, mas há um ponto na agenda de todos nós que é importantíssimo e que são as realizações da Assembleia Municipal, que é o órgão que fiscaliza a Câmara Municipal. Do ponto de vista político deve ser avaliado por todos nós quando faltamos a uma destas sessões, faltamos, porque temos questões que se sobrepõem a ela.

Não quero gerir a sua agenda, mas hoje tinha coisas que me dariam mais prazer do que estar nesta Assembleia e a referência que lhe fiz não foi sobre a agenda da Sra. Presidente, foi o facto de que nem a Sra. Presidente beneficia deste contacto com os nossos concidadãos, nem nós beneficiamos das respostas a algumas questões, tal como foi feito aqui há tempos, com os Operadores Marítimos, que rapidamente a Sra. Presidente lhes deu uma resposta.

O Sr. Vice-Presidente não o fez, não respondeu a nenhuma questão.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não sei se o Sr. Vice-Presidente ainda quer dirigir algumas palavras à Assembleia, sobre a questão que foi colocada por um munícipe, sobre a Azinhaga dos Espanhóis e sobre Azeitão.

Vice-Presidente – Por respeito à Assembleia e a todos os Srs. Deputados vou responder dizendo que o Sr. Deputado fez a referência que fez à ausência da Sra. Presidente, certamente que estará escrito na ata aquilo que o Sr. Deputado disse e aquilo que eu disse.

Relativamente à outra questão que o Sr. Deputado colocou, o executivo municipal tem pelouros distribuídos e não faço a avaliação do cumprimento de todas as questões que são colocadas a todos os Srs. Vereadores, todos os dias a todas as horas e também não o faço àquilo que é colocado na Assembleia Municipal e nem sequer estou muito preocupado com isso. Sabe porquê Sr. Deputado? Porque nós temos uma relação estreita e permanente com os cidadãos desta cidade e deste concelho, por isso nem sequer tenho que estar preocupado com aquilo que os munícipes trouxeram aqui na última reunião, porque à partida estou convencido de que as questões que foram colocadas foram avaliadas e se não foram resolvidas, como é o caso concreto daquele senhor que aqui veio hoje, é porque há grandes dificuldades em fazê-lo, mas sei que o assunto está a ser acompanhado. Portanto não estou preocupado com isso, mas se a Assembleia Municipal entender incluir na sua Ordem de Trabalhos a questão que o senhor colocou, naturalmente que é uma questão da Assembleia Municipal, não é da Câmara Municipal.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Entraram na Mesa e foram aceites quatro documentos, sendo uma moção da Coligação Democrática Unitária, duas saudações do Partido Socialista relativas à comemoração futura do 1.º de Maio - Dia do Trabalhador e ao 42.º aniversário do 25 de Abril e uma saudação do Bloco de Esquerda sobre o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa.

João Luz (CDU) – Apresentou a Moção “25 de Abril e 1.º de Maio”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

“No momento em que se celebra o 42º aniversário da Revolução de Abril que libertou o povo português da ditadura fascista e pôs termo à guerra colonial, importa assinalar as principais conquistas da Revolução, as profundas transformações operadas no país, com a democratização da sociedade e a destruição das estruturas fascistas, com a consagração na Constituição da República Portuguesa, que este Abril celebra os seus 40 anos, de um núcleo central de Direitos, Liberdades e Garantias que, apesar das revisões, continua a apontar para um País mais justo e solidário, onde soberania reside no povo.

Em Setúbal, as comemorações do 25 de Abril promovidas pelas autarquias locais e pelo movimento associativo continuam a envolver milhares de pessoas que prestam homenagem aos militares e à maioria do povo português que em 1974 decidiram acabar com o regime que ao serviço dos monopólios e do latifúndio impunha o terror, a opressão, a miséria e o medo.

Num ano em que se comemoram, igualmente, os 40 anos das primeiras eleições para os órgãos do Poder Local Democrático, uma das mais importantes conquistas da Revolução, não se pode deixar de valorizar o empenho das autarquias e, em particular do Município, na celebração do 25 de Abril e o facto de neste âmbito se continuar a defender e valorizar a democracia local, através da participação dos representantes das várias forças políticas

eleitas em representação das populações nos órgãos autárquicos, homenageando os heróis da resistência ao fascismo, valorizando o espaço público com arte, inaugurando e colocando equipamentos públicos ao serviço da comunidade.

Este é, ainda, o ano em que, no 1º de Maio, se assinalam os 130 anos dos trágicos acontecimentos de Chicago e da violenta repressão que se abateu sobre os trabalhadores que reivindicavam a diminuição do horário de trabalho.

Em cada 1º de Maio estão presentes as luta de todos os trabalhadores de todo o mundo, estão presentes os milhões de trabalhadores que foram e são vítimas da exploração, da opressão, da violência, estão aqueles que foram e são mortos, torturados, presos e perseguidos por ousarem exigir melhores condições de vida e a dignificação do trabalho.

Em Portugal, 42 anos depois do primeiro 1º de Maio em liberdade, os trabalhadores estarão nas ruas a defender as conquistas da Revolução de Abril e os Direitos, Liberdades e Garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa; a exigir a reposição de direitos roubados e a lutar pela conquista de novos direitos, pela valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores, pelo fim da precariedade, pela redução do horário de trabalho.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em 29 de Abril de 2016, delibera:

- 1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição da República Portuguesa;*
- 2. Saudar todos os autarcas, trabalhadores, movimento associativo e toda a população, que se associou às comemorações dos 40 anos de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático, como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações, com particular destaque para o intenso programa de comemorações levado a cabo pelas autarquias locais e pelo movimento associativo do concelho de Setúbal que juntou largos milhares de pessoas em defesa de Abril.*
- 3. Apelar à mobilização dos trabalhadores do concelho para as comemorações do 1º e Maio e para a necessária luta pela valorização do trabalho e dignificação dos trabalhadores;*
- 4. Assinalar, neste contexto, os 40 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições para os órgãos do Poder Local Democrático, elementos centrais para a democratização e desenvolvimento do país.”*

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Em relação à moção não tenho nenhum comentário particular a fazer, até porque parece uma moção muito civilizada, vê-se que a CDU apoia o Governo.

Só havia aqui uma questão, não em relação à moção, mas ao texto que vem na moção que tem um ponto que é importantíssimo e que eu concordo inteiramente, que é “...defender e valorizar a democracia local, através da participação dos representantes das várias forças políticas eleitas em representação das populações nos órgãos autárquicos...”.

Acho que é muito importante, só estranhei que a CDU ficasse impávida e serena com a resposta que o Sr. Vice-Presidente deu quando eu questionei a questão da apresentação do Plano Estratégico de Setúbal, que é um documento estruturante e que vai ser discutido pela população. Ninguém impede, até achamos que é fundamental que isso seja discutido, não seja é apresentado em primeiro lugar aos representantes eleitos das várias forças políticas, a emanação da democracia local. É só isso que estranho, parece que as palavras são só palavras e não acompanham determinados atos que seriam importantes acompanhar.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC, e 4 abstenções do PSD/CDS.

Manuel Fernandes (PS) – Apresentou a Saudação “Comemoração do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador”, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

“Os trabalhadores portugueses celebraram o 1º de Maio pela primeira vez em 1890, mas nem sempre assim sucedeu ao longo da história. Retomado o processo democrático, depois da Revolução de 1974, o 1º de Maio consubstanciou-se em algo mais do que uma comemoração histórica internacional. No período posterior à Revolução dos Cravos, os trabalhadores conquistaram um espaço de proatividade e de reivindicação de direitos sociais de tal forma, que o caminho equilibrado nas decisões trouxe tempos de prosperidade e desenvolvimento.

Os trabalhadores são a face humana do processo produtivo e isso é facto mais do que suficiente para consolidar a dignidade laboral e lutar por uma discriminação positiva destes nas relações com as máquinas e com o capital.

O 1º de Maio simboliza o progresso civilizacional, o reconhecimento de que as mulheres e homens que trabalham não são meras engrenagens numa máquina ou instrumentos descartáveis. São, antes de tudo, seres humanos dotados de emoções e de aspirações.

Esta consciência coletiva é diariamente posta à prova no mundo laboral, fruto do confronto com as condições de trabalho e desumanidades a que trabalhadores em Portugal e em muitas partes do mundo ainda estão sujeitos.

Trabalhar com dignidade, responsabilidade, direitos e obrigações, é para muitos e ainda hoje, aqui na Europa, símbolo de desenvolvimento, uma realidade ilusória.

O 1º de Maio de 2016 obriga-nos a refletir sobre a desigualdade salarial que se acentuou entre homens e mulheres, a inibição ao sindicalismo decorrente da precarização dos vínculos contratuais, o retrocesso na contratação coletiva e a pobreza crescente entre trabalhadores a tempo inteiro.

Tomando como referência esse dia, em que se assinalam tantas lutas travadas e tantas outras ainda por travar, a Assembleia Municipal de Setúbal, saúda todos os trabalhadores, mulheres e homens, que diariamente constroem com as suas mãos e esforço, a nossa sociedade, o nosso futuro.

Saúda todos aqueles que lutam pela dignidade e justiça laboral, pela igualdade salarial no seu trabalho.

Saúda o movimento sindical que, na sua pluralidade e ideário, é parte estrutural deste caminho.

Saúda, especialmente, todas as jovens gerações que procuram o seu lugar no mercado de trabalho e lutam para permanecer no nosso país e aqui construir o seu futuro.

Viva o 1º Maio!”

Maria do Rosário Amaral (BE) – Reforçar uma pequena questão em relação a esta saudação, relativo aos trabalhadores a tempo inteiro, que hoje em dia com o ordenado que têm continuam na pobreza e continuam a não conseguir fazer face às despesas do dia-a-dia.

Infelizmente isto é uma triste realidade dos nossos dias, que tem vindo a aumentar. É uma questão muito importante, porque as pessoas trabalham o mês inteiro e não conseguem fazer face às despesas do dia-a-dia para sair da pobreza, o que é alarmante.

João Luz (CDU) – A bancada da CDU votará favoravelmente esta saudação apresentada pelo Partido Socialista.

Aproveito esta oportunidade para, que relativamente ao 1.º de Maio e ao conjunto de considerações que estão incluídas nesta saudação, referir a necessidade urgente da tomada de medidas em torno da precariedade, uma das formas mais violentas de exploração a que os

portugueses estão sujeitos designadamente as camadas mais jovens da população e que sucessivos Governos tiveram sempre com o argumento da competitividade e da melhoria da nossa economia e foram introduzindo sucessivamente medidas de flexibilização das relações de trabalho criando vínculos cada vez mais precários em nome de uma economia que hoje se comprova que não existe.

São milhares e milhares de trabalhadores portugueses que estão a viver este flagelo da precariedade sem qualquer reflexo que se note, do ponto de vista de melhoria da economia, a não ser no lucro de algumas empresas que beneficiam fortemente dos vínculos precários.

Outra questão é a que se prende com a necessidade de uma luta em torno das questões dos horários de trabalho e da diminuição do horário de trabalho enquanto progresso civilizacional que permita cada vez mais aos trabalhadores portugueses, neste caso, de desfrutarem de tempo para outras coisas que não apenas o trabalho.

Uma última questão que gostaria de referir, aproveitando esta saudação especificamente relacionada com o 1.º de Maio, e que se prende com a necessidade de voltar a instituir no quadro legislativo português o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador. Princípio que vigorou durante muitos e muitos anos em Portugal e que com o Código de Trabalho, aprovado num Governo PSD e CDS, que depois numa primeira revisão feita pelo Partido Socialista não só não voltaram a repor este princípio jurídico na legislação portuguesa como aprofundaram ainda mais os problemas do ponto de vista da interpretação legislativa naquilo que era um princípio básico do direito de trabalho.

Saudamos esta saudação, votaremos a favor, mas reforçamos este conjunto de preocupações e esperamos que o Partido Socialista esteja também atento a elas e disponível para continuar a reforçar o conjunto de direitos dos trabalhadores portugueses.

Não havendo mais intervenções foi a Saudação, aprovada por unanimidade e em minuta.

Patrícia Rodrigues (PS) - Apresentou a Saudação “42.º Aniversário do 25 de Abril e 40.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa”, conforme documento arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

“Foram dias, foram anos

A esperar um só dia

Alegrias, desenganos

Foi o tempo que doía

Com os seus riscos e os seus danos

Foi a noite, foi o dia

Na esperança de um só dia

E eis que o mais ansiado e sonhado dia, poeticamente descrito nestes versos de Manuel Alegre, chegou finalmente no raiar do dia 25 de Abril de 1974, ao som da intemporal “Grândola, Vila Morena”, eternizado como “A Revolução dos Cravos”, que, de forma pacífica e ordeira, instaurou o regime democrático, livre e plural, pondo fim às quase cinco décadas de ditadura fascista que ensombraram a história da nossa República.

Abril deu-nos a liberdade de escolher. Abril trouxe-nos o direito de representarmos e de nos fazermos representar. Com Abril nasceu-nos a democracia. Muito mais do que uma data histórica, o 25 de Abril é, hoje e sempre, a celebração dos valores da liberdade e da democracia como móveis da nossa emancipação política, económica, social e cultural enquanto povo e enquanto nação. Com Abril, afirmamo-nos e fazemo-nos senhores do nosso próprio destino.

Abril são as inalienáveis conquistas como o Serviço Nacional de Saúde, o Ensino Público e universal, o Estado Social público, o Poder Local democrático, o sufrágio livre e universal, o

salário mínimo nacional, a plena cidadania das mulheres, entre tantas outras inabaláveis conquistas.

Abril é a celebração da Constituição da República Portuguesa, que este ano comemora 40 anos da sua existência. Cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa significa respeitar os desígnios e as conquistas de Abril.

Abril é olharmos para o futuro e preocupamo-nos com os perigos que assombram a democracia e a liberdade, que para muitos povos e nações são, ainda, como um sonho distante e constantemente adiado, e que mesmo para aqueles como nós, que respiram liberdade e democracia, jamais as podem considerar como um dado adquirido, nem deixar de a afirmar e de lutar sempre pela sua suprema prevalência.

Abril é a capacidade de recrearmos a liberdade à luz do nosso tempo e da sua substância, em nome de uma sociedade universal liberta, não só do estigma do medo, da ignorância, da pobreza e da dinâmica do imediato e do provisório, mas também do preconceito, do ódio, da intolerância, da falta de solidariedade, e que não se deixe, jamais, manietar pelo oportunismo populista dos nacionalismos isolacionistas, mas, pelo contrário, que seja centrado e tenha na dignidade e na condição da pessoa humana o alfa e o ómega da sua razão de ser. Que saibamos construir pontes em vez de edificarmos muros.

Abril é também um desafio que se afigura árduo, sobretudo pela natureza trágica e dramática dos fenómenos e acontecimentos que, cada vez mais, assolam o nosso quotidiano e pela escala e dimensão globais do seu impacto, que põem à prova a resiliência das nossas instituições democráticas e limitam a capacidade de resposta e a eficácia das políticas nacionais. Porém a dificuldade do desafio em nada nos deve atemorizar, mas antes agigantar-nos na resistência e na luta, com a mesma coragem, convicção e determinação com que os protagonistas de Abril forjaram um novo horizonte coletivo de esperança, livre e democrático.

Solenizar, evocar e eternizar o 25 de Abril é portanto, honrar hoje, amanhã e sempre, em Portugal, na Lusofonia, na Europa e no Mundo, a nossa história, a nossa memória e a nossa identidade coletiva. Porque afinal, como Ermelinda Duarte eternizou na sua canção:

Somos um povo que cerra fileiras,

Parte à conquista do pão e da paz.

Somos livres, somos livres,

Não voltaremos atrás.

Viva a Constituição da República Portuguesa!

Viva o 25 de Abril!"

Não havendo intervenções foi a Moção, aprovada por unanimidade e em minuta.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Apresentou a Saudação “40.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa”, conforme documento arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

“No passado dia 2 de Abril completaram-se 40 anos da data em que os deputados constituintes, na sequência das primeiras eleições livres realizadas após o 25 de Abril de 1974, aprovaram a Constituição da República Portuguesa.

Decorridos 40 anos da aprovação da Constituição – o texto maior da Democracia Portuguesa, aquele que foi fundador e agregador das grandes mobilizações populares pós 25 de Abril de 1974 – queremos reafirmar a sua atualidade, pertinência e vitalidade.

Recentemente, através de um acordo parlamentar nunca antes experimentado na nossa História recente, iniciou-se um percurso visando o cumprimento dos princípios constitucionais através da restituição de salários, do descongelamento das pensões e do fim

do caminho de empobrecimento progressivo a que o povo português esteve sujeito nos últimos quatro anos.

Mas hoje, mais do que nunca, face ao garrote do Tratado Orçamental e da ingerência externa na nossa vida, há que reafirmar a centralidade da defesa da Constituição como garante da independência e soberania nacionais.

O 25 de Abril, recentemente comemorado de forma festiva e poderosa nas ruas das nossas cidades, é o sinal de que os ideais de Abril que a Constituição consagra estão bem vivos nos nossos corações.

O 1º de Maio que se aproxima certamente espelhará a vontade do povo em aprofundar um caminho que se iniciou e que terá de repor direitos, dignidade e democracia que é, em síntese, o programa político da Constituição da República Portuguesa.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Abril de 2016, saúda o 40º Aniversário da Constituição da República Portuguesa e exorta à luta pela sua aplicação em defesa dos direitos, liberdades e garantias.

Viva a Constituição da República Portuguesa!"

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Em relação a esta saudação queria referir alguns aspetos da nossa discordância.

Em primeiro lugar a Constituição que foi aprovada em 2 de abril de 1976, em alguns capítulos tem muito pouco a ver com a Constituição que existe. Claro que nos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e em aspetos principais da Constituição eles existem, mantêm-se e é fundamental que assim seja.

Embora a organização política e a organização económica tenham sido completamente revistas em 1982 e em 1989. É bom que se lembrem que a mesma foi aprovada pelos partidos mais presentes na democracia, o PSD, o PS e também o CDS. É para colocar a memória histórica no seu devido lugar.

Não se esqueçam que a Constituição que foi aprovada em 2 de abril de 1976, tinha o Conselho da Revolução, tinha todas aquelas fantochadas que nós conhecemos. Isso foi tudo resolvido a tempo e em 1982, pelo Dr. Balsemão e pelo Professor Freitas do Amaral, com o papel fundamental do Dr. Mário Soares. Mais tarde em 1989 foi o reordenamento da nossa Constituição Económica com o Professor Cavaco Silva e o Dr. Vitor Constâncio. Isso é para não pormos o agregador das grandes mobilizações populares. A Constituição foi o princípio da democracia, das liberdades e direitos, foi o grande agregador de parte significativa da população. Agora outros aspetos foram devidamente recauchutados ao longo da história.

Há outro aspeto que também é importante sublinharmos, quando afirmam “*face ao garrote do Tratado Orçamental*”. O Tratado Orçamental é um documento da União Europeia que foi aprovado pelos representantes do povo português, pela esmagadora maioria dos representantes do povo português, os deputados da nação do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do CDS votaram unanimemente pela aprovação do Tratado Orçamental. Naturalmente que esses partidos democráticos não aprovam “*garrotes*”, como devem calcular.

Mais ainda, Portugal aderiu à União Europeia por sua livre vontade, não foram os franceses ou os alemães que nos obrigaram a entrar. Portugal entrou e teve a adesão da moeda única por sua livre vontade. Se falam que não houve referendo para a sua adesão, também não houve referendo em relação à Constituição, por isso a adesão de Portugal à União Europeia e a adesão à moeda única também não houve referendo.

Por isso a realidade é esta, o Tratado Orçamental faz parte da nossa estrutura jurídica nacional, tal como a Constituição que foi aprovado por uma representatividade muito superior de deputados. Se por acaso alguém considera que isto é um “*garrote*” e que há ingerência externa é, fazer como fazem outros povos, pedir um referendo sobre a nossa adesão à União Europeia

e ao Euro e aí o povo escolhe, para isso é que há democracia e liberdade e foi para isso que o papel do 25 de Abril permitiu aos portugueses fazer as opções como povo livre e democrático. É perante estes aspetos que foram lidos e mais sublinhados nesta saudação, embora saudemos o 25 de Abril, saudemos a Constituição da República Portuguesa, não como um documento parado na história, mas como um documento evolutivo, que já teve oito ou nove alterações e algumas delas fundamentais como já referi. Não nos revemos neste teor dos “garrotes” e das “ingerências”, por isso fazemos parte da União Europeia por nossa livre vontade, pelos Governos democráticos, quer do Partido Social Democrata, quer do Partido Socialista, quer em coligação com o CDS.

Passou a participar na sessão a Sra. Presidente da Câmara.

João Luz (CDU) – A bancada da CDU irá também associar-se a esta saudação votando favoravelmente, estando de acordo quer com os considerandos, quer com a componente deliberativa da mesma.

É verdade que esta constituição que hoje temos sofreu um conjunto de mutilações, que não é a mesma que foi aprovada em 1976, aprovada na altura também pelos deputados do PSD. Aliás foi uma coisa interessante que o 25 de Abril nos trouxe entre muitas outras, foi o milagre de um dia para outro deixar de haver fascistas em Portugal e apareceram nos mais diversos sítios com um conjunto de posturas extraordinariamente democráticas incluindo aqueles que aprovaram fantochadas na constituição, deputados do PSD na Assembleia Constituinte.

É verdade que esta constituição não foi referendada, foi elaborada a partir de eleições para uma Assembleia Constituinte, mas também é verdade que a Constituição de 1933, que a alguns continua a agradar muito, a Constituição fascista que vigorou até 1974 foi referendada e nem por isso mais democrática, como julgo que estaremos todos mais ou menos de acordo.

Compreende-se a irritação quando se coloca e quando se discute aqui questões relacionadas com a Constituição da República, aliás os últimos quatro anos do Governo PSD/CDS foram exemplares para demonstrar a consideração que estes partidos têm pelo texto fundamental e pela lei fundamental que rege este país. Sistemáticamente governaram contra a constituição, foi isso que os senhores fizeram, tiveram um Governo inconstitucional naquilo que são as medidas que foram praticando ao longo destes anos.

Sobre o Tratado Orçamental é interessante que os senhores definam, não sei se é uma manifestação de vontade por parte do PSD aqui em Setúbal, de se poder referendar a adesão de Portugal à União Europeia, o conjunto de tratados que foram sendo celebrados sempre em nome do povo português e da livre vontade expressa pelo povo português em eleições. É verdade, mas nunca tiveram a coragem de o referendar, tiveram a coragem de referendar outras matérias quando lhes deu jeito, mas sobre a Integração Europeia, sobre a Moeda Única os senhores nunca tiveram coragem.

Bem podem encher a boca e dizer que é a vontade da maioria do povo português, que aquilo que se comprova a cada momento e em cada etapa da construção europeia é que ela é tudo menos democrática e que os cidadãos da Europa, não só de Portugal, do conjunto da União Europeia não são chamados a participar neste processo e as consequências começam-se a sentir e hão de vir aí e os senhores serão responsabilizados por elas.

Albérico Alho (BE) – O Deputado Paulo Valdez ainda não ultrapassou o trauma do 25 de Abril.

A irritação que demonstra sempre que há uma alusão a esse período, à Constituição, fica sempre num quadro de grande excitação, porque foi um período que de facto foi um grande susto para todos aqueles que pensavam que poderiam impor os valores do Estado Novo. A



prova disso é a referência às fantochadas do Conselho da Revolução, lembrava que foram esses elementos do Conselho da Revolução, que chama de fantoches, que foram os responsáveis pela libertação que ocorreu no dia 25 de Abril de 1974.

É claro que não estava à espera que referissem as sucessivas violações em que têm militado a constituição, apesar de eu não ter uma posição de sacralização desse texto, no entanto parece-me que é obvio que a constituição representou na altura um passo muito importante e consensual no período da revolução portuguesa e essa Constituição tem um conjunto de marcas genéticas que são muito importantes e que ainda hoje o são ou deveriam ser um património de todos aqueles que se reivindicam no espaço democrático e que se reivindicam numa sociedade mais justa.

Foi essa Constituição que sagrou a existência de uma organização sindical que persiste. Foi através dessa constituição que foi possível termos um estado social que se consolidou e que de facto continua a ter essa marca genética e no fundo o espírito da saudação que aqui é proposta é de identificar os aspetos que ainda hoje são aspetos ou deveriam ser aspetos consensuais na sociedade portuguesa.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – Lembrar o Deputado João Luz, que o tratado orçamental foi um ato de responsabilidade de três partidos e não é pôr-se de fora, que se assume. O país tinha que assumir compromissos e com grande coragem foram assumidos, o que era necessário fazer-se no momento.

Lembrar que, para se falar no 25 de Abril temos que lembrar o 25 de Novembro, que foi a libertação do país. O 25 de Abril e o pós-revolução não era reciclar, isso foi tentar incinerar, porque para quem se lembra, viveram-se tempos em que se violava tudo, não se podia ter um carro, nem ter dinheiro tão pouco.

A história conta tudo isso. É mentira?

É mentira que quem tinha um *Mercedes* tinha que esconder o *Mercedes*?

Provavelmente o carro que a Câmara tem agora, se fosse no 25 de Abril seria queimado. Isso é mentira? Digam se é mentira!

O 25 de Novembro, sim! O 25 de Novembro foi uma data a lembrar!

João Luz (CDU) – Depois desta divertida intervenção do nosso colega da Assembleia Municipal do CDS, há pouco a dizer sobre esta intervenção, num quadro em que num determinado período revolucionário, os atentados, os crimes que foram cometidos, as sedes que foram queimadas, são atribuídas a quem de direito, não temos dúvidas sobre isso.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – O caminho seria o da União Soviética.

João Luz (CDU) – Sabemos quem assassinou, sabemos quem bombardeou, sabemos quem sabotou a economia nacional, sabemos quem quis e quem continua a querer manter a ordem dos monopólios, dos latifúndios, dos grandes senhores, abraçados ao grande capital, como sempre. Não temos dúvidas sobre quem instalou durante 48 anos em Portugal, um regime de terror, assassino e que conduziu milhares de portugueses à miséria e à guerra. Não temos dúvidas, por muito que os Senhores queiram pintar a história de outra forma.

Peço ao Sr. Presidente que diligencie junto da Câmara Municipal, que distribuisse ao conjunto dos Deputados, mas em particular à bancada do CDS e do PSD, uma moção intitulada “Viva o 25 de Abril de 1974, Viva o 1º de Maio” que acaba dizendo “Viva a Constituição da República Portuguesa”. Uma moção apresentada em reunião de Câmara pelo Sr. Vereador Luís Rodrigues. Sabendo que se tratam de partidos democráticos e amplamente plurais,

gostaria que tomassem boa nota desta moção apresentada pelo Sr. Vereador eleito nas vossas listas.

Presidente da Mesa – Penso que o executivo tomou nota e fará aquilo que o Senhor pediu.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Quando estava a ouvir a primeira intervenção do Sr. Deputado João Afonso Luz, sobre a história dos referendos, que não se referenda nada, que não se referendou adesão de Portugal à União Europeia, que o Governo não faz referendos. Estava a tentar descortinar quantas vezes é que o executivo da Câmara, liderado pela CDU, há já demasiados anos, fez um referendo nesta terra. Se vocês defendem tanto os referendos, porque é que não referendam as questões importantes para o concelho de Setúbal?

Porque não colocam a referendo a questão sobre o estacionamento?

Porque não referendam quando fazem concessões e quando renovam concessões, nomeadamente serviços públicos?

Se são tão defensores do referendo, porque é que não o fazem?

Porque é que exigem aos outros que façam e os Senhores que estão no poder e têm maioria absoluta nunca fizeram?

Quanto à questão da moção apresentada pelo Sr. Vereador Luís Rodrigues, apresentou e muito bem, porque somos a favor da Constituição da República Portuguesa. Defendemos a Constituição, defendemos aquilo que está na Constituição, defendemos os direitos fundamentais das pessoas, as liberdades e as garantias, os senhores é que parece que não defendem, porque chumbaram essa moção. Só as moções que são apresentadas pela CDU é que são moções...

Presidente da Mesa – Sr. Deputado Fernando Monteiro pedia-lhe para regressar ao tema que estava aqui em discussão, que era exatamente a saudação do Bloco de Esquerda. Agradecia que se pronunciasse sobre o tema da nossa conversa. Peço-lhe que recentre o discurso na saudação do Bloco de Esquerda que estamos a analisar.

Fernando Monteiro (PSD/CDS) – Recentraria o discurso nessa moção, apenas e só se tivesse feito a mesma advertência às intervenções da bancada da CDU, porque estou exatamente a responder àquilo que a bancada da CDU referiu. Estou no exercício do direito da defesa da bancada do PSD, para responder a uma questão concreta levantada pela bancada da CDU, que está relacionada com uma moção apresentada pelo nosso Vereador na Câmara. Não me parece correto da parte do Sr. Presidente, nem sequer muito imparcial na sua apreciação. Tenho este direito, porque foi referido uma moção do PSD sobre esta matéria. Agradeço ao Sr. Presidente, que na condução dos trabalhos, mostrasse alguma imparcialidade.

O voto que vamos fazer sobre esta saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda, nada tem a ver com a defesa ou a não defesa da Constituição. Defendemos a Constituição, mas não podemos, que ao abrigo de uma boa Constituição, que pode sempre a ser melhorada, se façam afirmações nesta saudação, que em nada tem a ver com uma Constituição da República Portuguesa. Quando a saudação refere “*houve um empobrecimento progressivo do povo português nos últimos quatro anos*” isso é opinião do Bloco de Esquerda, não é a nossa e provavelmente também é a opinião da CDU.

O que é que isto tem a ver com a Constituição?

Quando se fazem afirmações destas, é evidente que não podemos votar a favor. Apresentem uma saudação que enalteça aquilo que é a Constituição e nós cá estaremos para aprovar.

Henrique Guerreiro (BE) – Assistimos a um momento descontraído, em que velhos fantasmas são ressuscitados, entre as afirmações do PSD/CDS, com referências às FP's (Forças Populares), ao terrorismo e à catástrofe que representou o 25 de Abril.

A nossa saudação não pretendia suscitar este trauma de guerra, mas como o meu camarada Albérico Afonso referiu, o mesmo ainda existe nalguns militantes do PSD e CDS, outros já ultrapassaram o trauma e já lhes deram a volta.

Citaram o Professor Freitas do Amaral. Ui! O que o Professor Freitas do Amaral já fez para ultrapassar esse trauma! Não é um bom exemplo o Professor Freitas do Amaral, porque foi uma pessoa que ultrapassou o trauma.

A nossa saudação não pretendia, neste momento épico, elevar um passado que todos tínhamos enterrado.

Vale a pena dizer ao PSD o seguinte. Faz sentido esta saudação e faz ainda mais sentido, depois dos últimos quatro anos, em que os Senhores tiveram derrotas fundamentais da vossa política, por força da Constituição. Todos nos lembramos que não houve nenhum Governo na República que tivesse legislado contra a Constituição, como o anterior Governo.

O Deputado do CDS descobriu uma coisa, que todos vamos ter que verificar, “Os últimos quatro anos não foram de empobrecimento, mas foram de enriquecimento”. Todos estamos mais ricos, temos melhor saúde, melhor educação. Durante estes quatro anos, não precisávamos que o Benfica ganhasse o campeonato nem que Marcelo Rebelo de Sousa fosse Presidente da República, para que o PIB aumentasse, bastava a presença do PSD no último Governo.

Felizmente já saltou daquela parede um “Guru” das vossas posições, o Professor Aníbal Cavaco Silva, paladino das vossas políticas. Qualquer dia, quando a Sra. Presidente tiver a fotografia oficial, vai para aquele espaço um outro constitucionalista, que seguramente não estaria satisfeito por ouvir as posições que alguns dos seus camaradas, companheiros e amigos tomaram nesta Assembleia Municipal.

Nuno Marques (CDU) – Não imaginava que esta saudação gerasse tanta discussão, nem pensava falar sobre ela, mas como tivemos um momento surreal, vale a pena partilhar qualquer coisa.

Há um livro que foi editado há alguns anos, que tem como subtítulo “*A Contra Revolução Confessa-se*”. Este seria o título que daria às intervenções que ouvi da bancada do PSD e do CDS, porque foi um pouco aquilo que aconteceu.

A Constituição de 2 de Abril de 1976 foi seguramente aquela que mereceu mais amplo consenso, através dos representantes do povo, não só dos partidos representativos da democracia, mas da generalidade dos partidos e dos deputados na Assembleia. Acho que todos representam a democracia, mas se calhar não!

Faz-me uma certa confusão, como é que um partido que aprovou esta Constituição, depois diz que já saíram de lá uma série de “*fantochadas*”.

Lá voltamos ao título do livro!

Relativamente a esta saudação, vale a pena saudar esta Constituição, mesmo com as alterações que já foram feitas. Não vejo problema nenhum neste texto, que é apresentado e que é proposto pelos outros Deputados. A referência à governação dos últimos quatro anos é legítima. Os Senhores dizem que não se revêm no empobrecimento, mas é mais ou menos consensual na sociedade portuguesa, que há um empobrecimento significativo. Isto tem uma relação com a Constituição e já aqui foi lembrado que este Governo teve uma ação inconstitucional em quase todo o tempo. Não há memória de um Governo que tenha tido, tantos orçamentos inconstitucionais. As questões de referência do tratado orçamental e da

ingerência externa têm cabimento, na medida que a Constituição é o primeiro garante da soberania nacional e o tratado orçamental, desde logo põem em causa essa soberania, assim como um conjunto de outros instrumentos que vêm da União Europeia, cada vez mais tem posto em causa a soberania nacional, bem como os representantes do povo e aquilo que eles decidem na Assembleia da República.

Não vemos nenhum problema nesta proposta de saudação, a não ser um conjunto de contradições de fundo, que não se vão resolver aqui, porque os Senhores dizem que não gostavam da outra Constituição, no entanto, os princípios constitucionais são exatamente os mesmos e continuam a existir pessoas a defender a revisão da Constituição. Aquilo que tem estado sempre em causa, cada vez que há inconstitucionalidades, tem que ver com os princípios da Constituição e não com o articulado e esses nunca se podem alterar, porque esses é que garantem os direitos, as liberdades e as garantias ao povo português e a cada um de nós. Dizem que defendem a Constituição, mas depois, “*Bem que prega Frei Tomás, faz o que ele diz, mas não faças o que ele faz*”. Defender a Constituição, mas depois cumpri-la é outra conversa e estes últimos anos foi aquilo que se conhece, quer no Governo quer na ação da Presidência da República.

Não havendo mais intervenções foi a Saudação, aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 do AC, e 5 votos contra do PSD/CDS.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de janeiro, fevereiro e março de 2016

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Albérico Alho (BE) – Pretendo falar da discussão pública sobre o Plano Estratégico do Desenvolvimento de Setúbal, que vai ocorrer no dia 5 de maio e que é da maior importância para todos nós e é muito relevante que haja um esforço de uma participação dos nossos concidadãos. Os Deputados devem ter, no quadro desta discussão pública sobre o Plano Estratégico, uma informação qualificada e terem acesso aos documentos para que essa participação seja informada. Nesse sentido, quero pedir à Presidência da Câmara a distribuição do documento que foi elaborado pela equipa coordenada pelo Rui Mateus, para que possa existir essa participação devidamente informada e qualificada por parte dos Deputados.

Sugerir que na próxima reunião da Comissão Permanente fosse vista a possibilidade de integrar um ponto específico sobre esta matéria, a ser discutido na Assembleia Municipal. Será de toda importância discutir e apreciar um documento com esta relevância, para que esta casa não tenha unicamente uma apreciação formal de um documento desta envergadura e desta relevância.

Presidente da Mesa – Por mais do que uma vez foi falado nesta Assembleia sobre esta questão do Plano Estratégico, que volta a ser falado no número seis da Ordem de Trabalhos e nessa altura temos oportunidade de aprofundar ainda um pouco mais esta discussão.

2. Deliberação n.º 103/16 - Proposta n.º 01/2016 – GAF – Subsídio a atribuir às cinco juntas de freguesia para construção/requalificação de sedes de juntas

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Este ponto da Ordem de Trabalhos parece-nos relevante, uma vez que a Câmara Municipal reconhece, mais uma vez, a importância do poder local democrático no desenvolvimento do trabalho do município, e das juntas de freguesia deste concelho, na tentativa de melhorar as condições coletivas destes organismos, de modo a que os seus trabalhadores e os munícipes possam ter serviços de qualidade, ao serviço das populações.

É o reconhecimento a esta deliberação da Câmara Municipal, para que o concelho continue nesta mudança, nesta afirmação daquilo que é o poder local democrático após o 25 de Abril.

João Luz (CDU) – Para assinalar aquilo que me parece ser um importante contributo do Município de Setúbal para a realização de intervenções nos edifícios das freguesias e aquilo que tem sido uma marca constante do nosso trabalho no município de Setúbal, em parceria com as demais autarquias do concelho. No quadro de contra ciclo, com aquilo que tem sido as políticas de desvalorização das freguesias, que em anteriores momentos, designadamente no anterior Governo, levaram à extinção de muitas delas, parece-nos que corresponde a uma necessidade e a um imperativo dignificar estes órgãos autárquicos, que continuam a prestar cada vez melhores serviços às populações.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

3. Deliberação n.º 104/16 - Proposta n.º 02/2016 – GAF – Adenda à proposta n.º 01/GAF/2014 – Acordo de Execução celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal (São Julião, Santa Maria da Graça e Nossa Senhora da Anunciada) para o Mandato de 2013-2017 – Artigo 7.ºA – “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros”. Parque de Merendas da Comenda

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – O Parque de Merendas da Comenda é sem dúvida um dos locais mais emblemáticos e mais aprazíveis do nosso concelho. Infelizmente não está nas melhores condições e sabemos todos porquê, trata-se de um espaço de uso público, mas de posse privada. Tem-se feito um conjunto *démarches* no

sentido de realizar um conjunto de intervenções, que aquele espaço merece e necessita, mas não tem sido fácil, porque houve necessidade de chegar a acordo com os seus proprietários e depois houve necessidade de uma planificação das carências daquele espaço. A Câmara Municipal conseguiu fazer as conversas necessárias com os proprietários e desde sempre a União das Freguesias de Setúbal manifestou um total interesse em ficar com a limpeza, a conservação e a manutenção daquele espaço. Este protocolo veio em tempo oportuno, certamente que daqui por uns meses vamos ter aquele espaço de uma forma completamente diferente, para que todos setubalenses e todos os nossos visitantes se sintam naquele espaço magnífico, da forma aprazível. Vamos procurar dignificar a Comenda e assim dignificaremos Setúbal.

Joel Marques (PS) – No seguimento daquilo que foi a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, gostaria de colocar um a questão ao executivo. Porque estamos a falar sem pôr em causa aquilo que é a necessidade de intervenção do espaço do Parque da Comenda, é necessário não nos esquecermos que se trata de um espaço privado, em que vai ser feita uma intervenção pública. O Sr. Presidente da Junta referiu as conversas, o acordo que se teve fazer com os proprietários. Tenho ideia que esse acordo já estava definido, porque este tema foi tratado em reunião da Câmara algumas semanas atrás. Gostaria de saber se o protocolo entre o município e os proprietários já está formalizado?

Uma coisa é fazermos uma intervenção que está protocolada, outra coisa é fazermos uma intervenção quando há um acordo de boa-fé entre as partes, mas que ainda não foi passado a escrito.

Manuel Esteves (PS) – Na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Junta fico satisfeito, porque sou um dos habitantes daquele espaço e desde pequeno que o tenho desfrutado da melhor disposição.

Gostaria de saber se poderia ser mais extensivo e ir até à Gávea, porque aquele espaço também é muito agradável? Gostaria que continuassem a fazer uma limpeza naquele pequeno espaço, bem como o despejo do contentor do lixo, de forma a melhorar o nosso bem-estar.

Sra. Presidente – Em relação a esta questão, já foram feitas várias reuniões com os proprietários, com a viúva do Sr. António Xavier de Lima e com o seu filho. Na última reunião entre a Junta de Freguesia e a proprietária da autocaravana que se encontra na Comenda ficou decidido que se iria fazer um contrato de comodato. Este contrato ainda não foi assinado, porque o casal não tem tido disponibilidade de se deslocar ao seixal a fim de regularizar a sua situação.

Connosco não vai ser feito nenhum contrato, mas sim com a Junta de Freguesia, uma vez que é a Junta de Freguesia que vai fazer a manutenção daquele espaço.

Em relação à Câmara foi feita esta descentralização de competências, em relação àquela pessoa.

Não tendo havido intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

4. Deliberação n.º 58/16 - Proposta n.º 19/2016 – DAFRH – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal para o ano de 2016

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 3 votos a favor da CDU e 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE. A Comissão sugere que seja apresentada uma tabela comparativa das taxas do último ano e do atual, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 2 votos a favor da CDU, 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, e 18 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

5. Deliberação n.º 105/16 - Proposta n.º 26/2016 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2015

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC, e 3 votos contra do PS e PSD/CDS e o BE não votou por não ter recebido a informação atempadamente, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer desfavorável, com 3 votos a favor da CDU e 3 votos contra do PS e PSD/CDS, e 1 abstenção do BE. O Coordenador fez uso do voto de qualidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Eduardo Pinto (PSD/CDS) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 2 votos a favor da CDU e 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE. A Comissão abordou genericamente o tema das obras do Convento de Jesus. Entendeu esta Comissão solicitar ao Sr. Vereador do pelouro, uma visita ao Mercado Social. Falou-se igualmente da possibilidade de ser projetado um balneário municipal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Foi distribuído pelos Srs. Deputados a certificação legal de contas/relatório de auditoria, enviado pelo Sr. Revisor Oficial de Contas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – O executivo municipal do PCP apresenta uma Prestação de Contas de 2015, da Câmara Municipal de Setúbal, que é a imagem da sua gestão, ano após

ano, ou seja, a exploração do contribuinte, sem a melhoria correspondente da qualidade de vida dos Setubalenses.

Vejam os porquê:

A receita total prevista para 2015 (previsão corrigida) era de 126,6 milhões de euros. A receita total cobrada foi de 81,4 milhões de euros, incluindo o recurso a 12,5 milhões de euros de empréstimos de curto prazo. A execução orçamental foi de 64% e o resultado obtido é ainda pior, quando analisamos a execução da receita própria. Pois, a receita própria cobrada em 2015 foi inferior a 60%.

Apesar desta realidade, os Setubalenses pagaram em 2015: IMI - 25,3 milhões de euros; Outros impostos e taxas - 17 milhões de euros; Rendas de EDP e Serviços Municipalizados - 5,8 milhões de euros; Taxa resíduos sólidos - 2,7 milhões de euros e IRS - 6,8 milhões de euros.

Os contribuintes entregaram 57,6 milhões de euros aos fundos municipais, receita que representa 84% das receitas efetivas, deduzido o empréstimo de curto prazo.

Analisemos como o Setubalense é espoliado no caso do IMI. Em 2002, a receita do IMI/CA era de 6 milhões de euros, em 2015 foi superior a 25 milhões de euros.

Mas a qualidade de vida em Setúbal não melhorou na mesma proporção, como todos sabemos.

Após anos a esconder-se atrás do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, o executivo do PCP foi informado, em 30/04/2015, pela DGAL que a Câmara Municipal de Setúbal não era obrigada legalmente a aplicar a taxa máxima do IMI. Mesmo assim, mentiram, em particular, na sessão de Setembro passado, quando continuaram a afirmar que não tinham qualquer informação oficial que alterasse esse pressuposto.

Afirmou o Vice-Presidente: "...se a Câmara de Setúbal pode diminuir o IMI, não há resposta da DGAL." Ver página 45, penúltimo parágrafo, da Ata nº 4/2015 – Sessão Ordinária de 25 e 28/09/2015 da Assembleia Municipal de Setúbal.

Os Comunistas mantiveram a opressão contributiva sobre os Setubalenses, enquanto diziam que pretendiam diminuir o IMI.

O PCP poderia ter libertado os Setubalenses deste peso, no mínimo em 2016.

Mas não o quiseram fazer.

Se o PCP queria limitar o IMI à taxa máxima de 0,4%, porque é que não o fez em Novembro de 2015?

Não havia qualquer impedimento legal.

Só pretenderam sobrecarregar financeiramente os Setubalenses para pagar dívidas de obras executadas, sem um mínimo de bom senso, escondendo-se atrás duma falácia que foi desmentida oficialmente. Quando esta última cortina caiu, esconderam a verdade dos autarcas e dos cidadãos. Mas a mentira tem perna curta!

No IRS, a mesma situação, os Setubalenses são dos Portugueses que pagam o valor mais elevado deste imposto sobre os rendimentos do trabalho e das pensões, porque a Câmara Municipal de Setúbal aplica a taxa máxima do valor correspondente ao Município.

Constatamos, também, um mistério que dura há vários anos, a dívida de 13 milhões de euros das Águas do Sado à Autarquia.

Se a Câmara Municipal de Setúbal é credora deste valor tão significativo, quando é que vai ser ressarcida?

Que medidas têm tomado para a resolução desta dívida que prejudica a gestão pública?

No que se refere à Despesa Municipal, podemos constatar que a Câmara Municipal de Setúbal, em 2015, atingiu os seguintes graus de execução: Despesa total - 61%; Despesa corrente - 69%; Despesa de capital - 47%; Plano de Investimentos - 40%; Funções Sociais - 32%; Educação - 38%; Habitação e serviços coletivos - 34%; Saneamento - 26%; Abastecimento de Água - 36%; Cultura e Desporto - 25%; Rede Viária do Concelho - 40%;



O passivo municipal atingiu, em 2015, o montante de 117 milhões de euros.

As responsabilidades de curto prazo (dívidas a terceiros, incluindo as lançadas como acréscimos de custos), em 2015, ultrapassam o montante de 35 milhões de euros, acrescido dos 7,5 milhões de euros do empréstimo de curto prazo.

As receitas cobradas, apenas deram cobertura a cerca de 68% das despesas pagas, acrescidas das responsabilidades de curto prazo.

Ora, esta constatação comprova que o endividamento elevadíssimo da Câmara Municipal de Setúbal é estrutural e vai manter-se com esta política irresponsável de se assumir compromissos sem libertar os meios financeiros necessários à sua cobertura.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida a terceiros do Município era de 78 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2015, o total dos compromissos assumidos por pagar era de 36 milhões de euros.

Do Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, sublinhamos duas Recomendações que poderiam ser consideradas Ressalvas, a saber:

A Câmara Municipal de Setúbal não procede à conciliação de 54% das contas bancárias que representam 65% do valor dos depósitos à ordem em 31 de dezembro de 2015. Não cumpre os dispositivos legais, ao não proceder à elaboração do Mapa de Fundos Disponíveis que deve ser enviado à DGAL.

Como é reconhecido a principal atividade da governação comunista continua a ser a propaganda, custeada com os nossos impostos. Sim os nossos impostos, porque os Setubalenses pagam os impostos municipais com as taxas mais altas de Portugal, quer o IMI quer o IRS. Quem tanto apregoa o peso brutal da carga fiscal no País (o que é verdade), quando tem os meios de aliviar a carga fiscal aos contribuintes Setubalenses, aplica-lhes as taxas máximas, ao contrário da maioria dos municípios portugueses, incluindo grandes centros urbanos.

Estes documentos espelham o resultado de 14 anos de exercício do poder pelo Partido Comunista, que revelam a incapacidade de dar um rumo que promova o desenvolvimento sustentável de Setúbal, ao mesmo tempo que esmaga os cidadãos com os impostos municipais.

Afonso Luz (CDU) – O Sr. Deputado Paulo Valdez começou a sua intervenção com a declaração de que estes documentos retratam exatamente aquilo que foi a gestão da Câmara. A Prestação de Contas serve exatamente para retratar fielmente aquilo que foi a gestão, pelo que depreende-se que irão votar favoravelmente.

O Sr. Deputado referiu a realização de obras feitas sem o mínimo de bom senso. Gostaria que me responda-se, que obras é que o PSD considera sem o mínimo de bom senso e quais as que não realizaria?

Mais uma vez se parte para a fuga da análise da realidade, com a comparação de previsões. O que deve ser analisado aqui é a realidade versus realidade. Mas como não há outros argumentos é por aí que se vai.

Sendo o ano de 2015 um ano em que tivemos em ambiente de plena crise e a ter que lidar com todas as atrocidades cometidas pelo anterior Governo, relativamente às autarquias e aos cidadãos, esta Câmara mantendo uma gestão cuidadosa, atingiu um resultado económico positivo de 16,17 milhões de euros. Reduziu a dívida a fornecedores e a outros credores em 2,8 milhões de euros, em 2014 já havia reduzido em 5 milhões de euros, significa, que em dois anos a dívida a fornecedores foi reduzida em 7,8 milhões de euros. O total do passivo foi reduzido em 2015, em 2,5 milhões de euros, se acrescentarmos os 11,5 milhões de euros, que já tinha sido reduzido, significa que em apenas dois anos o passivo da Câmara Municipal foi reduzido em 14 milhões de euros. Conseguí reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores para 176 dias, quando já andou nos 300 e muitos dias. Reduziu os pagamentos

em atraso em mais de metade, mantendo a sua capacidade de endividamento e conseguiu numa época muito desfavorável, investir corretamente e melhorar os serviços prestados, quantas vezes indo além das suas competências próprias em benefícios das populações e do concelho. Os investimentos realizados em infraestruturas, reabilitação de rede de água, drenagem dos esgotos domésticos, requalificação de estacionamento e requalificação de vastas áreas da cidade que estão à vista de todos.

Em conclusão, entendemos que os documentos que estamos a apreciar revelam que os grandes objetivos a que o executivo se propôs para 2015 foram alcançados, com benefícios para o concelho e para a qualidade e diversidade dos serviços prestados aos munícipes e a quem nos visita.

Sempre continuando a dar cumprimento ao compromisso eleitoral, com que se apresentou às populações.

Iremos naturalmente votar favoravelmente.

Joel Marques (PS) – É uma Prestação de Contas sem novidades, que vem do seguimento do que tem sido regularmente as contas apresentadas por este município, vindo ao encontro daquilo que tem sido as intervenções e os alertas que o Partido Socialista tem feito ao longo dos anos, senão vejamos.

Tínhamos um orçamento com valor global de 126,6 milhões de euros, já dizia Sebastião da Gama *“pelo sonho é que vamos”*, quando chegamos à realidade confirmamos que as expectativas de realização de receita e de investimento a realizar pela Câmara Municipal saem sempre goradas. Para um orçamento global de 126,6 milhões de euros são realizados 81,4 milhões de euros, dos quais 12,5 milhões de euros correspondem a um empréstimo bancário, significa que correspondem a mais dívida, contraímos dívida para pagarmos dívida.

Se retirarmos daqui um efeito extraordinário, que acredito que se vá repetir este ano e nos anos vindouros, no aumento do IMT em cerca de 4,1 milhões de euros, acabamos com uma receita muito semelhante à receita de 2014. A engenharia financeira e as promessas não fazem milagres e acabamos por nos confrontarmos com a realidade, na capacidade de execução significativamente inferior àquilo que sistematicamente se prevê e que se orçamenta.

Quando olhamos para as Grandes Opções do Plano, temos uma execução na ordem dos 30,8 milhões de euros, mais 5 milhões do que em 2014, mas esse valor a mais é apenas o equivalente ao aumento dos impostos diretos, o que demonstra a clara dependência do investimento municipal, por via de uma receita que é flutuante e fica significativamente aquém dos 60 milhões de euros que estavam previstos, é sensivelmente 50% do montante que estava anunciado.

Terminando da mesma forma como comecei, isto é uma Prestação de Contas que não traz nenhuma novidade, é mais do mesmo.

Aquilo que não é mais do mesmo e que é relevante, é o Parecer do Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal, que recomenda a conciliação de todas as contas de depósitos à ordem. Já aqui foi referido que uma parte significativa das contas não está conciliada. Estamos a falar de diferenças, que em pelo menos três contas do município anda na ordem dos 270 mil euros, em cada uma. É efetivamente relevante, não só que haja um acompanhamento da conciliação, que presumo que os serviços tentarão fazer na sua globalidade no decorrer deste ano, por parte desta Assembleia, nomeadamente por parte da Comissão respetiva, que emitiu um parecer com uma recomendação também nesse sentido.

É absolutamente preocupante, como é que numa Câmara que movimenta o volume de dinheiro que esta Câmara movimenta, que possamos ter mais de 50% das contas sem conciliação, com diferenças que são significativas e com um parecer no relatório do Revisor Oficial de Contas, que enquanto cidadão e enquanto Deputado Municipal me deixa

preocupado. Julgo que os Senhores Vereadores e a Sra. Presidente deverão estar ainda mais do que eu, porque sendo executivo terão outro tipo de responsabilidades.

Isto é a novidade face ao Relatório de Contas e na verdade é um dos pontos altamente negativos com que nos deparámos na análise desta documentação.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Respondendo ao repto que o Sr. Deputado Afonso Luz fez relativamente aos investimentos, é só fazer as contas daquilo que foi prometido, como é caso da reabilitação do Fórum Municipal Luísa Todí, em que estava previsto um montante de dois a três milhões de euros e no final custou mais de oito milhões de euros. A Casa da Cultura custou mais de três milhões de euros. Há um conjunto de situações que a gestão desses investimentos dá esse resultado e ainda não foi avaliado o projeto Polis, que foi uma obra inolvidável, começando pelo mamarracho que está no parque José Afonso, que não serve para nada e irá custar dinheiro para abater.

Em relação aos investimentos, a dívida diminuiu e vai diminuir, porque os investimentos vão diminuir, como é lógico. Quando se diminuem os investimentos pagos pela Câmara e não os investimentos pagos pelo Alegro. Nos últimos quatro anos, a Câmara Municipal, de acordo com os valores que constam no Relatório de Contas, não naquilo que as pessoas dizem, teve como investimentos entre 2012 e 2015, cerca de 46 milhões de euros, mais 14 milhões de euros de valores de compromissos assumidos e não pagos até 31 de dezembro de 2015, uma verba que ronda os 60 milhões de euros de investimento feito pela Câmara Municipal e que estão espelhados nas contas da Câmara Municipal de Setúbal, entre 2012 a 2015.

Em relação àquilo que temos pago de IMI, no mesmo período pagámos mais de oitenta a noventa milhões de euros, entre 2012 e 2015. Em 2012 foram mais de dezasseis milhões de euros, em 2013 foram mais de vinte e um milhões de euros, em 2014 foram quase vinte e quatro milhões e meio de euros e em 2015 foram algo mais do que vinte e cinco milhões de euros.

Como a ideologia é que manda, até vinha no Relatório de Contas, mas que está errado, uma percentagem elevada do aumento do IMI, por causa da eliminação da cláusula de salvaguarda, o que não é verdade. O IMI de 2014 para 2015 só aumentou setecentos e trinta e cinco mil euros. Aquela coisa da cláusula de salvaguarda calhava bem que aumentasse mais, mas não. Haver ou não haver cláusula de salvaguarda, nesta “*altura do campeonato*” é uma falsidade.

Felizmente para a Câmara e porque o país está muito deprimido, etc., as receitas do IMT duplicaram, talvez pela grande depressão que existia no país em 2015, por essa razão as receitas do IMT aumentaram, não esquecer que o IMT está relacionado com a atividade económica.

Esta é a realidade, os investimentos vão continuar a diminuir e a dívida vai continuar a diminuir, como já aconteceu no passado. Logo que aumentarem os investimentos a dívida aumenta, porque as receitas da Câmara sem empréstimos, são sempre do mesmo calibre e ronda os cerca de sessenta e sete milhões de euros. Se se mantiverem na linha e pagarem as dívidas antigas, o sistema funciona, quando esticam a dívida aumenta e quem paga são os fornecedores.

Enquanto não mudarem o sistema de funcionamento a realidade é esta.

Em relação aos investimentos é fazer as contas daquilo que estava previsto e aquilo que foi feito ao longo dos últimos anos. Os investimentos que a Câmara se propôs fazer, para o qual não estava devidamente habilitada financeiramente. Em relação àquilo que a Câmara se substituiu à Administração Central, muitas das vezes fá-lo bem, depois o dinheiro é transferido. O que foi pago efetivamente na execução da recuperação do Convento de Jesus, tal como consta no Plano de Investimentos da Câmara Municipal de Setúbal de 2015 são cento e

cinquenta mil euros, se pagou mais não se encontra, no entanto estava previsto setecentos e cinquenta mil euros.

Os investimentos nos últimos quatro anos, incluindo os compromissos assumidos e não pagos a 31 de dezembro, ronda sessenta milhões de euros e não as verbas que às vezes aparecem por aí. Isto é o que está espelhado na contabilidade, se há outro sistema de obtenção de dados ficava muito satisfeito em poder conhece-los.

Nuno Marques (CDU) – Vista aqui uma apreciação um pouco larga das questões do Relatório de Contas da Câmara, porque vem à baila o Fórum Luísa Todi e outras questões já mais antigas. Esta questão do Fórum Luísa Todi é um pouco descabida e não é muito correto colocar esta questão. É do conhecimento público as razões pelas quais houve um acréscimo do custo da requalificação daquele equipamento e não tem que ver com uma questão de gestão.

Chamando à nossa discussão aquilo que é a experiência do PSD na governação do país, nos últimos quatro anos, aumentaram todos os impostos, aumentou significativamente a dívida e o investimento foi quase nulo. Em setúbal a realidade é muito diferente. A execução orçamental ronda nos 64% e recorde que nos períodos da gestão nesta Câmara Municipal de coligação formal ou informal entre o PSD e o PS, a execução orçamental andava na ordem dos 30%, significa que é metade daquilo que é a execução orçamental deste ano que passou. A Câmara Municipal em 2015 pagou mais dívida, reduziu o prazo de pagamento, aumentou as receitas, teve um exercício líquido de quase dezassete milhões de euros e fez um conjunto de investimentos em infraestruturas, em reabilitação de equipamentos, em requalificação do território e tudo isto tem resultados concretos, para além de ter assumido compromissos que cabem à Administração Central, tal como foi referido pelo Sr. Deputado.

Relativamente ao Convento de Jesus, uma questão foi a parte que coube à Câmara no final das contas, mas a sua reabilitação não se fez sem a Câmara ter no seu orçamento 100% do valor do investimento, assim como continuará a fazer a reabilitação faseada daquele conjunto que é da responsabilidade do Estado.

Outros indicadores também nos ajudam a perceber como é que foi feito o investimento. Não é por acaso que o concelho de Setúbal, nestes últimos anos, é o concelho, que no quadro da Área Metropolitana de Lisboa, que mais cresce percentualmente, do ponto de vista turístico, mais de 20% nos últimos dois anos. Naqueles dados que constam na estatística do turismo, a penas se incluem as dormidas, mas depois há muitos outros, porque os postos de turismo indicam outros elementos que são o dos visitantes, através dos atendimentos efetuados. Tudo isto só se faz com investimento no concelho, na requalificação do território, nos equipamentos públicos e com outro tipo de investimentos. Por essa razão é que Setúbal tem hoje uma imagem diferente, projetada para fora do concelho, uma imagem projetada no país e fora dele, por isso é que terá destaque no próximo dia 8, de portas abertas no Parlamento Europeu. Estas coisas não acontecem por acaso, acontecem com muito trabalho e muito investimento.

Se a Câmara Municipal consegue reduzir o passivo, reduz o prazo de pagamento, aumenta a receita e tem um resultado líquido positivo. Indo ao encontro da intervenção do Partido Socialista “*é mais do mesmo*”, ainda bem que estamos no bom caminho.

Afonso Luz (CDU) – Ficámos a saber pelo Dr. Paulo Valdez que estando a apreciar as Contas de 2015, as obras sem o mínimo de bom senso já foram há alguns anos, não é nada recente.

A oposição teima em não comparar a realidade e quer continuar a comparar a realidade com o orçamento e não comparando o que é comparável.

As autarquias estão sujeitas a uma série de legislação, até discutível do ponto de vista do princípio da autonomia financeira, nomeadamente a Lei dos Compromissos e o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, que obrigam a que os

orçamentos contenham a totalidade da dívida de curto prazo, mesmo sabendo que é impossível cumprir o seu completo pagamento. Isto origina, o que acaba por acontecer aqui, orçamentos que acabam por estar sempre a ser empolados pelo cumprimento de obrigações legais. Os orçamentos que tínhamos até 2014 estavam a ser cumpridos na ordem dos 50%, este vai um pouco mais além com cerca de 60%. Se continuar a possibilidade de ir pagando dívida do passivo gradualmente, esta execução orçamental tenderá, para ser cada vez maior.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Para esclarecer o Sr. Dr. Afonso Luz pelo seguinte. Essa coisa de dizer que se tem que colocar tudo no orçamento, é estranho e por isso é que a Câmara Municipal cumpriu 50% e agora cumpre 64%. Isto é estranho!

Isto aplica-se a todas as Câmaras Municipais?

Tenho em meu poder o resultado de outras Câmaras Municipais do distrito, não vou a Câmaras Municipais do PSD, apenas me refiro a Câmaras Municipais do Partido Comunista, em que a execução das receitas rondam os 100%. Julgo que devem conhecer quais são estas Câmaras, como é o caso de Almada, Montijo, Moita, Grândola, tudo acima dos 80% e Alcochete acima dos 70%. A legislação é igual para todos. Quando uns conseguem ter execuções acima de 80% e outros acima de 50%, se a legislação é idêntica essa história não convence! Se isso fosse a realidade certamente que afetava a esmagadora maioria dos municípios e não afeta! Na média da Península de Setúbal, o município de Setúbal é das que tinha a execução mais baixa até 2014.

As receitas são profundamente empoladas, enquanto noutros municípios elas não são empoladas. Porque é que em determinados concelhos conseguem não empolar receitas e noutros não?

A execução do orçamento de investimentos de 2015 pela Câmara Municipal de Setúbal tem uma percentagem que não chega a 40%, o que é mínima e investimento em saneamento básico é 26%. Isto é que está nos documentos que a Câmara Municipal distribui, não é invenção minha. Basta ler os documentos e verificar o que nele consta. Na área da educação a execução orçamental foi de 38%, na área da habitação e serviços coletivos foi de 34%.

Naturalmente quando o Plano de Investimentos é executado desta forma, as verbas que são espoliadas aos setubalenses, em IMI e IRS no máximo. Tenho um familiar que vive em Lisboa e que vai pagar quatrocentos e trinta e três euros de IMI, mas se tivesse em Setúbal com uma localização idêntica pagaria cerca de oitocentos euros de IMI. As pessoas que vivem em Lisboa têm 2,5% na devolução de IRS sobre o imposto municipal e nós nada. Em Setúbal somos os que pagamos mais impostos, pode haver outros concelhos iguais a Setúbal, mas não há nenhum que pague mais impostos do que aqueles que vivem em Setúbal, por isso o melhor que temos a fazer é mudar.

Afonso Luz (CDU) – Relativamente à questão da localização dos prédios não entro por aí e tenho muitas dúvidas que em Lisboa, numa localização idêntica ao que se passa em Setúbal, haja alguém a pagar menos.

A oposição continua a querer discutir o orçamento em vez das contas que estamos a apreciar.

A diferença que existe com os outros municípios que referiu, é o nível elevado da dívida de partida e é esse que provoca esta distorção.

O artigo 42º, da Lei 73/2013 - Regime Financeiro das Autarquias Locais, Refere o seguinte: *“Os orçamentos das autarquias apresentam o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais”*. De acordo com o entendimento da Ordem dos Contabilistas, tenho em meu poder um documento que a determinada altura refere o seguinte: *“Entende-se assim, que a informação prestada pelo orçamento de cada ano deverá abranger a totalidade das despesas plurianuais previstas para o horizonte móvel de quatro anos.”* É

isto que diz a lei. Se os outros cumprem ou não cumprem, não sei. Certamente que o nível de endividamento terá algum relacionamento com isto.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Esta questão de “cumprir” é muito bonito e acho muito bem que se cumpra a lei, só é pena que não cumpram com a lei, tal como refere o Revisor Oficial de Contas, na declaração obrigatória que devem enviar à DGAL. Isso não cumprem, porquê? Tão preocupados em cumprir a lei e não cumprem uma coisa que está na lei, há anos.

“Recomendo que se proceda à elaboração do mapa de fundos disponíveis que deve ser preenchido e enviado à DGAL, todos os meses para dar cumprimento à lei, n.8/2012”. Isto não é cumprido. Ninguém tem preocupação com isso?

Não houve preocupação e isto acontece há vários anos e a partir de agora é que o assunto está a ser resolvido, quando se trata de uma lei de 2012.

Sobre o cumprimento da lei estamos conversados.

Presidente da Câmara – Fico muito contente por saber do nervosismo do PSD, que demonstra aqui e noutras ações que são do conhecimento de todos.

Copy past, já nos habituámos que aqui seja referido, ano após ano.

Era bom que houvesse alguma honestidade política, alguma seriedade, porque chamar mentirosos aos outros permanentemente, temos que devolver esse “elogio”.

Existe um município da área Metropolitana de Lisboa que é do PSD - Mafra, que se vê muito aflito, porque tem o seu IMI no máximo, assim como outros exemplos por esse país fora. Provavelmente o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra e estimado colega também está a mentir e só não baixa o IMI, porque não lhe apetece.

Um esclarecimento que importa ficar registado em ata. Na Comissão Permanente onde esteve o Sr. Deputado Paulo Valdez, estava presente o Revisor Oficial de Contas, que esclareceu o Sr. Deputado Paulo Valdez que haviam reconciliações, que foi reconhecido por ele próprio, que algumas, não as mais importantes, não estão totalmente conciliadas, no entanto até 2016 tudo vai estar regularizado por ele.

O Revisor Oficial de Contas informou que desde janeiro deste ano está a ser devidamente informado, através do sistema integrado de informação das autarquias locais, de todos os mapas em atraso, de fundos disponíveis, etc., etc..

Tudo isto foi informado ao Sr. Deputado Paulo Valdez, por isso, estar a insistir que não tem conhecimento de que não está a ser feito isto e que há um incumprimento da lei. De facto é um incumprimento da lei, mas foi dito nessa reunião pelo Revisor Oficial de Contas que estava a ser cumprido desde janeiro. Houve algum tempo em que não foi feito e os serviços tiveram explicação para isso.

O Sr. Deputado pediu várias vezes os documentos que são enviados para o cumprimento do contrato de reequilíbrio financeiro, que muitas vezes lhe enviamos para conhecimento e encontram-se disponíveis sempre que o solicitarem.

Gostava de fazer um quadro comparativo entre as obras que são realizadas pelas Câmaras, onde o seu partido está no poder e as obras que foram realizadas por este executivo.

Quando se fala nas condições das pessoas, para quem teve quatro anos no poder e fez o que fez a este país é de facto... (deficiência de gravação). As pessoas sabem ver exatamente o que está a acontecer.

Sempre que solicitam documentação à Câmara podem-no fazer junto dos serviços, tal como já aconteceu mais do que uma vez com o Senhor Deputado. Há algumas vezes que o Senhor Deputado nem pede ao executivo e fá-lo diretamente aos serviços, já não é uma, nem duas vezes que o faz. Não temos nada na manga a esconder. Sentimo-nos muito bem na pele em que estamos empossados.

Quero retificar que foi um lapso da minha parte em ter referido a Comissão Permanente, quando na realidade se tratou da Comissão de Trabalho de Economia, Administração e Finanças.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Nunca pedi nada, como membro da Assembleia Municipal aos serviços. Os meus pedidos são sempre através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nem me passaria pela cabeça em pedir diretamente aos serviços, nem diretamente à Sra. Presidente, eles são sempre feitos diretamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Em relação aos esclarecimentos que foram dados, pelo Sr. Revisor Oficial de Contas, em que levantou as questões e que os membros da Comissão de Economia e Finanças estavam presentes, quem esclareceu que já estavam a recuperar a informação a ser enviada à DGAL, não foi o Sr. Revisor Oficial de Contas, mas sim o Sr. Diretor do Departamento Financeiro. É natural que sejam os serviços dele, que desempenham essa função. Foi o Sr. diretor que disse que o assunto estava resolvido este ano, mas nos últimos anos não.

Em relação à reconciliação bancária o Sr. Revisor Oficial de Contas disse que as duas recomendações que fizeram poderia ser consideradas por outros Revisores Oficiais de Contas, como ressalvas ou reparos às contas, mas ele não achava que fosse suficiente e estranhou que existisse 54% das contas de depósitos à ordem, que representam 65% do valor em bancos, que não tenham sido reconciliados. O Sr. Diretor Financeiro disse esperar que o assunto ficasse resolvido até ao final de 2016. De tal maneira isso foi claramente transmitido, que o Senhor Coordenador da Comissão transmitiu o entendimento da Comissão, que na sua plenitude achou que deveria acompanhar estas situações anómalas, tendo sido transcrito em ata o pedido dessa informação, para acompanhamento da evolução na resolução destas deficiências tratadas.

Isto foi o que aconteceu, Senhora Presidente!

Quem levantou as questões foi o Sr. Revisor Oficial de Contas nas suas funções de Revisor Oficial de Contas e quem deu resposta da forma de resolver as questões foi o Sr. Diretor Financeiro, como é normal, porque não é o “ROC” que vai resolver, apenas terá que fazer a revisão das contas, porque quem executa é o Diretor Financeiro.

Posso considerar que quando se diz “*mentira*”, é uma palavra forte. Nunca pensei que em relação ao Partido Comunista, que está sempre a dizer que todos os outros mentem ficassem tão atingidos, quando lhes dizemos isso. Só disse “*mentira*”, porque foi dito na reunião de 25 de setembro, que a Câmara Municipal não tinha nenhuma informação da DGAL e os Senhores tinham uma informação da DGAL desde 30 de abril. Quando alguém diz que não tem uma coisa, que já tem alguns meses antes, está a mentir ou então é alguma coisa pior. É a fuga à realidade. Essa é que é a verdade, por isso quando digo “*mentira*” é porque está escrito em ata, não foi eu que a escrevi e está aqui: “A Câmara Municipal pode diminuir o IMI, não há resposta da DGAL”, em 25 de setembro de 2015, enquanto a resposta da informação da DGAL é de 30 de abril.

Joel Marques (PS) – O Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Setúbal esteve presente na Comissão de Economia Administração e Finanças e deixou transparecer um certo desconforto com estas diferenças, que considerou que não seriam materialmente relevantes, mas que ainda assim não deixaram de ser notadas e apontadas no seu relatório. O Revisor Oficial de Contas não faz conciliação de contas, faz certificação de contas. A conciliação é da responsabilidade exclusiva do município. Se desta vez o revisor Oficial de Contas optou por não colocar reservas nas contas por algum constrangimento, porque o Senhor não pareceu de todo confortável com esta situação, na verdade é que o Município se arrisca em 2017, caso os serviços não acompanhem com a conciliação de contas, que nalguns dos casos chegam a um

ano de conciliação em atraso. Há contas que terão um prazo inferior de conciliação em atraso, mas nalguns casos, de acordo com o que nos foi transmitido pelo Dr. Paulo Hortênsio, há contas que não são conciliadas há um ano. Em meu entender, 260 mil euros de diferença em três contas distintas é relevante. É relevante acima de tudo que a conciliação não esteja feita, é relevante que haja... (gravação inaudível) por parte do ROC e é relevante se as coisas não forem alteradas e corrigidas, as contas da Câmara Municipal podem ter reservas e não serem certificadas.

Afonso Luz (CDU) – Os Revisores Oficiais de Contas têm normas muito rígidas e são auditados de forma muito rígidas pela sua Ordem. O Revisor disse na reunião que considerava que materialmente não tinha relevância e por isso não colocou nenhuma reserva. Quando se diz “há uma conta que tem uma diferença de 200 mil euros”, há umas que têm 200 mil euros para mais e outras têm 200 mil euros para menos. De facto o que resulta não é relevante e é isso que o Revisor coloca no seu relatório. Estamos a perder algum tempo à volta disto, quando é uma situação que foi mencionada, está a ser corrigida, em que o próprio Revisor disse que não tinha relevância e estamos a tratar de um assunto não relevante.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 19 da CDU e 1 do AC, 15 votos contra, 10 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A Coligação P.S.D./C.D.S. votou contra a proposta nº 26/2016/DAF/DIGEF, referente à Prestação de Contas de 2015, devido aos resultados obtidos pelo executivo comunista, a saber:*

O incumprimento dos objetivos expressos no Contrato de Reequilíbrio Financeiro, aprovado pelo Governo em 2003, sob proposta da Autarquia;

A insustentabilidade da dívida de curto prazo;

O falhanço no controlo das despesas correntes;

A prática reiterada do empolamento das receitas próprias;

A prática reiterada da realização de despesas acima da sua real capacidade financeira;

A sobrecarga dos impostos municipais na vida dos Setubalenses;

A incapacidade em definir uma linha de rumo para a governação autárquica que permita promover o desenvolvimento sustentável de Setúbal.

Estes são os fatores decisivos para atribuímos uma avaliação negativa ao desempenho apresentado pela atual Presidente e a sua equipa que naturalmente tem como consequência a reprovação, na ótica política e de gestão, dos documentos de Prestação de Contas de 2015 que espelham a falência da “governação” comunista.

É “Copy past”, mas é feito por mim.”

Joel Marques (PS) – Apresentou a declaração de voto por escrito para ficar anexo à presente ata sob o registo n.º 28.

“A prestação de contas expressa e quantifica o trabalho realizado na implementação do Orçamento Municipal aprovado e, através desse documento, avalia, necessariamente, o trabalho desenvolvido pelo Executivo no ano transato.

Considerámos o Orçamento 2015 irrealista, quer pela via da receita, quer pela via do investimento, apresentando receitas empoladas, impossíveis de realizar.

Com um valor global de 126,6 milhões de euros, confirma-se, agora, que apenas foram realizadas 81,4 milhões de euros, cerca de 64% do orçamentado, mas se considerarmos que

12,5 milhões de euros foram à custa de mais um empréstimo bancário, contraindo mais dívida para pagar a dívida, facilmente chegamos à conclusão de que a receita cobrada se situou nos 68,9 milhões de euros, e se a esta verba excluíssemos o aumento anómalo de impostos diretos no valor de 4,1 milhões de euros, então obteríamos a mesma receita de 2014.

Podemos assim dizer que a receita corrente se encontra estabilizada, variando de acordo com a flutuação de alguns impostos, nomeadamente do IMI, que continua a seguir uma trajetória crescente, e do IMT, que este ano teve uma subida assinalável (mais de 5 milhões de euros), compensando largamente a baixa que ocorreu na Derrama e no Imposto Único de Circulação.

Afirmámos sempre, ao longo deste mandato, que, apesar de muita engenharia financeira ou das promessas vãs, as receitas da CMS se encontram estagnadas nestes valores e não apresentam novidade.

Os custos operacionais, ao invés do ano anterior, subiram este ano 1%, o que representa um aumento de custos com fornecimentos e serviços externos (consumo), tendo os custos totais aumentado 9% (5,2 milhões de euros) e os custos extraordinários aumentado 63,3% (3,8 milhões de euros).

Nas grandes Opções do Plano (GOP) executou-se 30,8 milhões de euros, mais 5 milhões de euros do que em 2014, valor equivalente ao aumento de impostos diretos, demonstrando a clara dependência do investimento municipal por via desta receita flutuante, ficando muito aquém dos 60 milhões de euros previstos, realizando cerca de 50% do anunciado.

O passivo total passou para 117 milhões de euros, representando um decréscimo de 2,2 milhões de euros face a 2014.

Apesar das amortizações de empréstimos a MLP (5 milhões de euros), resultantes das obrigações do CRF e da redução da dívida a fornecedores (2,5 milhões de euros), e contrariando as expectativas, o passivo exigível (dívidas de Curto Prazo + MLP) baixou apenas 0,5 milhões de euros, mantendo os níveis de 2014.

Constata-se que os proveitos adicionais não serviram para a amortização do passivo exigível, a dívida a fornecedores continua em níveis muito elevados cerca de 31 milhões de euros, o que representa cerca de 50% das receitas correntes cobradas, com uma despesa corrente de cerca de 57 milhões de euros.

Estes indicadores indiciam, de forma clara e inequívoca, a necessidade urgente de um saneamento financeiro, com as consequências nefastas para todos os setubalenses e azeitonenses.

A demonstração dos resultados do ano de 2015 vem confirmar a incapacidade da gestão CDU em executar os projetos e as grandes obras prometidas desde o ano de 2014. Não se concretizaram em 2014, nem em 2015 e dificilmente se concretizarão em 2016.

Pelas razões enunciadas, os deputados municipais eleitos pelo Partido Socialista votaram contra este relatório e prestação de contas de 2015.”

6. Deliberação nº 106/16 - Proposta n.º 27/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a Concessão da Gestão, Exploração, Manutenção e Fiscalização de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública, na cidade de Setúbal – N.º 6/2016/DAFRH/DIGEF/SECPP - RETIRADA

Presidente – Sobre este ponto da ordem de trabalhos recebi duas propostas de retirada, uma da CDU e outra do Partido Socialista (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30). Pelo que coloco estas propostas a discussão.

João Luz (CDU) – A proposta que a CDU apresenta e agora ficámos a saber que o PS apresenta também uma proposta no mesmo sentido de retirar desta ordem de trabalhos, a proposta relativo ao concurso público para a concessão relacionada com o estacionamento em Setúbal, prende-se com o seguinte. Está a decorrer um período de discussão pública com uma matéria conexas a esta proposta, a Câmara Municipal anunciou que vai desenvolver um conjunto de sessões públicas de esclarecimento sobre esta matéria. Por isso propomos a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, o seu futuro reagendamento, já com as eventuais propostas de alteração que possam surgir no período de discussão pública e aquilo que possam ser as propostas de alteração aprovadas em Assembleia Municipal, pelas diferentes forças ao regulamento que está neste momento em fase de discussão pública e que regerá o conjunto de regras para o estacionamento em Setúbal, do qual depende este contrato de concessão que estava incluído nesta ordem de trabalhos.

Joel Marques (PS) – A proposta do Partido Socialista para que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, prende necessariamente com o facto da proposta de abertura de concurso público se basear num regulamento, que neste momento não está em vigor. Estando o documento que serve de suporte a esta abertura de concurso público, num período de discussão, considerando que a Câmara Municipal de Setúbal poderá incluir propostas de alteração que sejam apresentadas, não fará sentido que esta proposta seja discutida sem que seja finda a consulta pública e sem que sejam enquadradas eventuais propostas que surjam, independentemente do município ter decidido nas últimas horas ou nos últimos dias, fazer sessões de esclarecimento. Decorre do próprio conceito de consulta pública, independentemente da forma como ela é feita ou como os munícipes se possam pronunciar sobre a proposta em curso e sobre o regulamento em questão. Independentemente da forma como as pessoas se pronunciem sobre a proposta do concurso público, nunca poderá ser discutida sem que aquilo que a sustenta, nomeadamente no que respeita ao aumento dos preços do estacionamento, seja efetivamente aprovado.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Subscrevemos a retirada da proposta.

Está para discussão pública o regulamento municipal de estacionamento público, que poderá ou não haver, neste período, alterações a esse regulamento, no entanto a minha questão é relativamente a esta proposta.

A proposta retirada não deveria ser da própria Câmara Municipal?

Sendo proposto pelas bancadas poderia ainda ser de uma objeto ou não (uma questão que deixo à consideração do Sr. Presidente), de discussão da mesma.

Há um conjunto de outras questões que se colocam nesta proposta, que consideramos que poderiam ser melhoradas, algumas delas até do ponto de vista meramente jurídico. Algumas são desconformes e por isso iríamos aqui levantá-las.

Consideramos que há um regulamento que faz parte e para o qual há remissões nesta proposta, regulamento esse que não está ainda vigente e como tal, com alguma estupefação, consideramos estranho estarmos a discutir este documento neste momento, no entanto, penso que a retirada se for da própria Câmara faz mais sentido, porque nem temos que estar a discutir um documento, que não sabemos se será este que vai ser apreciado por nós.

Caso haja alterações e havê-las-ão de certeza, até por razões como já disse, que são meramente jurídicas, se voltará à Câmara esta mesma proposta do concurso público e não a do regulamento. Penso que sim, mas queria deixar essa pergunta em ata.



Vitor Ferreira (PS) – Para esclarecer, que na nossa proposta recomendamos que o executivo tome a iniciativa de retirar a proposta e penso que será o sentido da outra proposta.

Henrique Guerreiro (BE) – O Bloco de Esquerda considera sensata a proposta feita pela CDU e pelo Partido Socialista de retirada deste ponto na discussão desta reunião por duas razões. O tema de estacionamento público é verdadeiramente um tema importantíssimo para a cidade de Setúbal e não podemos proceder de forma intempestiva, não ponderada, não ouvindo opiniões, não discutindo. Parece-me que é um daqueles temas em que não vale a pena... (gravação inaudível). Essa é a opinião do Bloco de Esquerda, que sobre este tema não vale a pena fazer demagogia, vale a pena ser sensato, é um tema importante para Setúbal, como para qualquer cidade moderna. A ponderação, o estudo, as consequências das decisões não estão verdadeiramente feitas e é razoável que para além dessa consulta pública, alguns especialistas fossem convidados. A questão do estacionamento não é uma questão isolada do transporte público, não é uma questão isolada do ordenamento, não é uma questão isolada da fiscalização. Desse ponto de vista deveremos convocar a cidadania e os técnicos. A Câmara de Setúbal teve relações com um profissional, o Professor Nunes da Silva para o ordenamento de transportes no reordenamento urbano e parece-me insensato, quando hoje adivinhava-se uma discussão muito acalorada, mas eventualmente com pouca substância do ponto de vista daquilo que deverá ser a política do municipal de estacionamento, não me parecia que hoje fosse adequado tomarmos essa decisão, como não me parece que seja adequada qualquer tentativa de simular uma discussão pública, para manter tudo na mesma. Deveremos partir com a mente completamente aberta para discutirmos um tema que é importante para todos nós. Devido a isso subscrevemos a suspensão desta discussão para um outro momento, depois de uma discussão mais alargada e pormenorizada sobre o tema.

Presidente da Câmara – Aceitamos a sugestão da bancada da CDU e do PS. Devemos retirar a proposta, porque o regulamento está para discussão pública e vamos ver o que as pessoas dizem. Estamos disponíveis para ouvir, estamos de acordo com o retirar da proposta.

Presidente da Mesa – Em face disso e uma vez que por iniciativa do executivo a proposta é retirada da ordem de trabalhos, não há mais discussão a partir deste momento, a não ser numa futura reunião nesta Câmara.

7. Deliberação n.º 110/16 - Proposta n.º 27/2016 – DURB/DIPU/GAMOT – Protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Setúbal na Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho)

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carlos Batista (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 6 votos a favor da CDU, PS e BE, e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

8. Deliberação n.º 120/16 - Proposta n.º 28/2016 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a Concessão do Direito de Exploração do Bar da Casa da Cultura – N.º 2/2016/DAFRH/DIGEF/SECPP

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

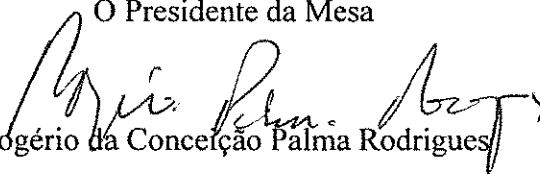
Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

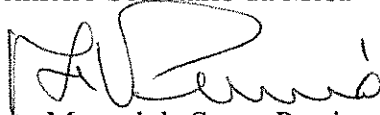
Esta ata foi aprovada por unanimidade, em vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis, contém trinta e nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando era uma hora e cinco minutos do dia trinta de abril, de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Mesa


Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa


Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária


Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada e revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa